



Plano Diretor Municipal de Sintra

- Avaliação Ambiental Estratégica -

Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas



27 janeiro 2016

Ficha Técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa Técnica

Joana Lima

Joana Dias

Margarida Barros

Margarida Monteiro

Rute Martins

ÍNDICE

Índice de Quadros	II
Índice de Acrónimos	III
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETO DE AVALIAÇÃO	2
3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	6
4 AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDM-SINTRA	9
4.1 FCD#1 Governança	9
4.1.1 Questões/tendências Críticas	9
4.1.2 Avaliação de Opções	11
4.2 FCD#2 Diversidade do território	18
4.2.1 Questões/tendências Críticas	18
4.2.2 Avaliação de Opções	20
4.3 FCD#3 Cadeia de Valor	27
4.3.1 Questões/tendências Críticas	27
4.3.2 Avaliação de Opções	29
4.4 FCD#4 Identidades	35
4.4.1 Questões/tendências Críticas	35
4.4.2 Avaliação de Opções	37
5 CONCLUSÃO	43
5.1 Recomendações da AAE para o processo de Planeamento	48

Índice de Quadros

Quadro 1: Objeto de Avaliação - Opções Estratégicas	3
Quadro 2: Fatores Críticos para a Decisão e objetivos correspondentes.	6
Quadro 3: Critérios de avaliação e respetivos indicadores por FCD	7
Quadro 4: Análise SWOT FCD#1 Governança	9
Quadro 5: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#1 Governança	11
Quadro 6: Análise SWOT FCD#2 Diversidade do território	19
Quadro 7: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#2 Diversidade do território.....	20
Quadro 8: Análise SWOT FCD#3 Cadeia de Valor.....	27
Quadro 9: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#3 Cadeia de Valor	29
Quadro 10: Análise SWOT FCD#4 Identidades	35
Quadro 11: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#4 Identidades.....	37
Quadro 12: Síntese da Avaliação de OE por FCD	44
Quadro 13: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Preservação e Valorização do Património e da Identidade”	49
Quadro 14: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “(Conservação e) Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas”	52
Quadro 15: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida”	54
Quadro 16: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva”	58
Quadro 17: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Processos e Decisão”	61

Índice de Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Alterações Climáticas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AUGI	Área Urbana de Génese Ilegal
CMS	Câmara Municipal de Sintra
ERAЕ	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FCD	Fator Crítico para a Decisão
GAM	Gabinete de Apoio ao Município
I&D	Investigação e Desenvolvimento
JF	Juntas de Freguesia
OE	Opções Estratégicas
PDM	Plano Diretor Municipal
PNSC	Parque Natural de Sintra-Cascais
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SE	Serviços dos Ecossistemas
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TI	Transporte Individual
TP	Transporte Público
UNESCO	Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas
VAB	Valor Acrescentado Bruto

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui um relatório preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativa à revisão do **Plano Diretor Municipal de Sintra** (PDM-Sintra), incidindo sobre a avaliação das Opções Estratégicas (OE) identificadas no decurso das reuniões com a equipa do Plano.

Pretende-se que os resultados da avaliação das OE do PDM-Sintra constituam um contributo para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na discussão das opções de desenvolvimento que suportam estrategicamente o PDM. A AAE tem sobretudo o papel de facilitador deste processo através do alerta para situações de risco e de oportunidade ambiental e de sustentabilidade. É isso que se pretende com as matrizes de avaliação das OE.

A esta fase seguir-se-á a avaliação do Modelo Territorial.

2 OBJETO DE AVALIAÇÃO

As OE do PDM-Sintra constituem caminhos possíveis que permitem atingir os objetivos estratégicos do Plano. “Diferentes caminhos terão diferentes implicações ambientais e de sustentabilidade. Esta diversidade de caminhos constituirá as diferentes estratégias opcionais que devem ser avaliadas, na perspetiva de oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade, de forma a apoiar eficazmente as escolhas políticas, e o desenvolvimento de planos e programas” (Partidário (2012)¹).

As OE apresentadas (Quadro 1) foram construídas num trabalho conjunto entre a equipa de planeamento e a equipa da AAE e advêm dos resultados de uma sessão de trabalho de opções estratégicas realizado no dia 6 de maio de 2015 (*Workshop* de Opções Estratégicas), bem como das questões estratégicas² do PDM-Sintra:

- Preservação e valorização do Património e da Identidade;
- Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas;
- Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida;
- Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva.

Para cada questão estratégica foram também identificadas as principais áreas de estratégia.

¹ Partidário, MR 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa

² Relatório de Fatores Críticos, Janeiro de 2015

Quadro 1: Objeto de Avaliação - Opções Estratégicas

EIXO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA		OPÇÃO ESTRATÉGICA	
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DA IDENTIDADE	E1	Valorização da paisagem	OE 1.1	Promover o emparcelamento rústico mantendo a compartimentação e composição da paisagem.
			OE 1.2	Promover o emparcelamento rústico como forma de aumentar a produtividade.
	E2	Reabilitação dos núcleos históricos e identidade	OE 2.1	Reconversão de áreas degradadas através da atribuição de novas funções.
			OE 2.2	Requalificação do espaço público como forma de promover a valorização dos núcleos históricos.
			OE 2.3	Desenvolvimento de projetos de valorização dos núcleos históricos.
			OE 2.4	Reconversão de áreas degradadas e reconversão dos núcleos históricos por iniciativa dos privados.
(CONSERVAÇÃO E) VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES E DOS ECOSISTEMAS	E3	Proteção e conservação dos valores naturais e ecossistemas	OE 3.1	Continuidade do sistema natural no município assegurando a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, dando prioridade a usos que promovam a proteção e valorização de áreas de valor biofísico e natural como primeira prioridade.
			OE 3.2	A admissibilidade de usos que eventualmente possam colocar em risco a proteção e valorização de áreas com valor biofísico e natural, é assegurada pela substituíbilidade dos valores em risco (compensação), seguindo uma política cautelar.
	E4	Valorização de serviços prestados pelos ecossistemas	OE 4.1	A decisão sobre o uso de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas, deve basear-se numa avaliação demonstrativa do valor tangível e intangível desses ativos.
			OE 4.2	A decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas deve basear-se numa gestão adaptativa e na geração de mecanismos incentivadores à sua proteção e valorização (transferência de créditos).
	E5	Valorização dos recursos endógenos	OE 5.1	Identificação e desenvolvimento de usos compatíveis – atividades turísticas, agrícolas e florestais - com a recuperação e valorização dos recursos endógenos (a orla costeira, água e solo).
			OE 5.2	Dar prioridade a usos que invistam na recuperação dos recursos endógenos degradados e estimulem a sua valorização.

OTIMIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO, E DAS SUAS REDES, COMO SUPORTE À QUALIDADE DE VIDA	E6	Contenção e consolidação urbana e qualificação, diversificação e multifuncionalidade urbana	OE 6.1	Critérios de edificabilidade que transferem a intervenção dos particulares de fora do perímetro para dentro do perímetro.
			OE 6.2	Programas de incentivo à ocupação de fogos vagos.
			OE 6.3	Compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade.
	E7	Acessibilidade e mobilidade	OE 7.1	Melhorar a ligação interconcelhia a Mafra. <i>Concretização da via de ligação a Mafra (única nova infraestrutura rodoviária interconcelhia).</i>
			OE 7.2	Beneficiação viária para melhorar a mobilidade interna (intraconcelhia). <i>Privilegiar a beneficiação viária, com revisão de traçado se necessário, para melhorar a mobilidade entre aglomerados.</i>
			OE 7.3	Aumentar a eficiência dos serviços de transportes e apostar na mobilidade suave. <i>Adotar as medidas necessárias à otimização (eficiência) dos serviços de transporte, apostando na intermodalidade, nos parques dissuasores e na melhoria dos serviços de transportes.</i> <i>Criar as condições necessárias ao crescimento das modalidades de mobilidade suave (circulação pedonal e ciclável), e adoção de estímulos e condições ao crescimento dos veículos elétricos.</i>
	E8	AUGI	OE 8.1	Reconversão total das AUGI, considerando o regime excecional das AUGI, sem ponderação dos valores naturais, biofísicos, paisagísticos e, especialmente os associados ao risco.
			OE 8.2	Reconversão parcial das AUGI, considerando a parte do território com aptidão para a urbanização, ou seja, excluindo as áreas que por condições naturais, biofísicas e, especialmente as relacionadas com o risco, não apresentam condições à urbanização e edificação.
			OE 8.3	Revisão do âmbito das AUGI e revogação das que não apresentem condições para serem consideradas como tal.
	E9	Alterações Climáticas (AC)	OE 9.1	Implementação de uma política de proximidade para redução de distâncias através do ordenamento do território e do desenho urbano.
			OE 9.2	Incentivos a soluções eficientes no âmbito dos recursos energéticos e naturais (eletricidade, gás e água).
			OE 9.3	Valorização do sistema hídrico como oportunidade de criação de áreas de descompressão urbana.

APOIO A UMA ECONOMIA DINÂMICA, INOVADORA E COMPETITIVA	E10	Estímulo ao investimento em atividades âncora (turismo, agricultura, floresta e exploração da pedra)	OE 10.1	Promoção de atividades âncora que desenvolvem a economia municipal, geram riqueza local, promovem a “marca Sintra” e integram na sua cadeia de valor a valorização dos recursos endógenos e os serviços do ecossistemas.
			OE 10.2	Promoção de atividades âncora através do desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades, promovendo o seu ordenamento, diversificação da oferta, divulgação de produtos de “marca Sintra” e sua distribuição.
	E11	Ordenamento e requalificação de indústrias	OE 11.1	Qualificação e conversão de áreas industriais e de exploração da pedra, ordenando os usos compatíveis, próprios, complementares ou secundários, promovendo a concentração e especialização da oferta e criando cadeias de valor municipal.
			OE 11.2	Requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas, estimulando o investimento em usos que promovam a sua valorização e reativação como áreas de desenvolvimento económico municipal.
	E12	Dinamização económica	OE 12.1	Desenvolvimento das condições de suporte às atividades económicas, nomeadamente as infraestruturas (mobilidade e transporte), o suporte institucional (eficiência institucional), o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) e a oferta de espaços qualificados, promovendo complementaridades e economia de proximidade.
			OE 12.2	Desenvolvimento de condições de estímulo às atividades económicas, promovendo uma economia complementar e de proximidade, baseada no conhecimento e inovação, dirigindo os investimentos para espaços em requalificação, adequando-os com infraestruturas digitais e mobilidade compatível.
	E13	Valoração do capital humano	OE 13.1	Atrair, qualificar e especializar profissionais que se integrem nas atividades âncora e de maior desenvolvimento municipal, criando parcerias com universidade e centros de I&D.
			OE 13.2	Criação no município de polos de investigação académica e profissional que promovam a qualificação dos recursos humanos existentes e a fixação de profissionais qualificados.
PROCESSOS E DECISÃO	E14	Envolvimento da sociedade	OE 14.1	Desenvolver e dinamizar plataformas participativas. <i>Aumentar a participação nos processos de decisão através da criação de momentos e espaços para intervenção incentivando a criação e dinamização de plataformas participativas. Promover estruturas de concertação territorial com os atores locais.</i>
			OE 14.2	Promover a transparência da decisão e o acesso à informação. <i>Desenvolver meios de acesso à informação como mecanismo promotor da transparência municipal e confiança município-município.</i>

3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a ser considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do plano e das ações que as implementam (Quadro 2). A sua identificação e análise foram objeto de um primeiro relatório entregue a 22 de janeiro de 2015, e sujeito a pareceres da ERAE, estabelecendo a estrutura fundamental da AAE do PDM-Sintra que se encontra parcialmente desenvolvida no presente documento.

Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação e indicadores respetivos. Os critérios e indicadores pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD, tendo sido revistos à luz dos contributos das entidades no âmbito da consulta institucional realizada ao RFCD. O Quadro 3 apresenta os indicadores por cada critério de avaliação.

Quadro 2: Fatores Críticos para a Decisão e objetivos correspondentes.

FCD	Objetivo / Descrição de âmbito
Governança	Criação de condições para uma gestão camarária eficiente e eficaz atendendo ao modelo de governança do município, ao envolvimento ativo da comunidade e à harmonização institucional entre agentes e entre instrumentos de política pública.
Diversidade do território	Valorização integrada dos vários territórios de Sintra em relação ao equilíbrio de ocupação, qualidade do ambiente e segurança, alterações climáticas e riscos naturais, vocação territorial e multifuncionalidade.
Cadeia de valor	Geração de riqueza através da criação de cadeias de valor diferenciadoras, afirmando a valorização económica dos recursos endógenos (naturais e culturais) através da internacionalização, inovação, investigação e desenvolvimento, e a valorização do capital humano.
Identities	Reforço da identidade municipal, criando um sentido de lugar para que a população se identifique com o concelho, aumentando a atratividade de Sintra para residir, para trabalhar e estudar, e para lazer.

Quadro 3: Critérios de avaliação e respetivos indicadores por FCD

GOVERNANÇA	
Foco: Criação de condições para uma gestão camarária eficiente e eficaz atendendo ao modelo de governança do município, ao envolvimento ativo da comunidade e à harmonização institucional entre agentes e entre instrumentos de política pública.	
Critérios	Indicadores
Modelo de governança municipal <ul style="list-style-type: none"> Gestão estratégica Coordenação departamentos municipais Relações intra e extra-concelhias com o setor público e privado Articulação entre instrumentos 	Adequação da estrutura organizacional à estratégia de desenvolvimento Comunicação e coordenação entre unidades organizacionais Mecanismos e iniciativas de articulação público-privada Nível de territorialização e transversalização das políticas públicas
Proximidade cidadã <ul style="list-style-type: none"> Relação CMS e comunidade 	Índice de transparência municipal Cobertura e eficácia dos serviços de proximidade ao munícipe (GAM, JF, Serviços Públicos Municipais descentralizados) Iniciativas de envolvimento dos munícipes
DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Foco: Valorização integrada dos vários territórios de Sintra em relação ao equilíbrio de ocupação, qualidade ambiental e segurança, alterações climáticas e riscos naturais, vocação territorial e multifuncionalidade.	
Critérios	Indicadores
Sintra Urbana <ul style="list-style-type: none"> Habitação Saneamento Mobilidade Segurança 	Carências habitacionais vs. fogos vagos Disparidade territorial da cobertura da rede de transportes (Peso do TI vs. duração dos movimentos pendulares) Capacidade e utilização dos serviços de saúde e dos espaços verdes Distribuição da taxa de criminalidade vs. Nº de agentes Eficiência Energética Consolidação da área urbana
Sintra Saloia <ul style="list-style-type: none"> Produção agrícola Ocupação tradicional 	Solos com elevada qualidade agrícola vs. SAU Cobertura da rede saneamento e abastecimento água Evolução da paisagem rural Povoamento tradicional e rede urbana

Sintra Natural <ul style="list-style-type: none"> Praia e Serra Infraestruturas verdes e azuis Recursos naturais 	Vulnerabilidade a riscos naturais Iniciativas municipais de adaptação às alterações climáticas Salvaguarda dos contínuos naturais e promoção da valorização multifuncional dos recursos
--	---

CADEIA DE VALOR

Foco: Geração de riqueza através da criação de cadeias de valor diferenciadoras, afirmando a valorização económica dos recursos endógenos (naturais e culturais) através da internacionalização, inovação, investigação e desenvolvimento, e a valorização do capital humano.

Critérios	Indicadores
Mobilização dos agentes económicos <ul style="list-style-type: none"> Iniciativas, incentivos e apoios 	Volume de negócios por empresa e dispersão do tecido económico Investimento em I&D Capital humano e atração do emprego Iniciativas para o empreendedorismo e internacionalização
Produtos <ul style="list-style-type: none"> Pedra Agricultura Turismo 	Fatores de competitividade das atividades associadas (valor e diferenciação dos produtos, inovação, fatores produtivos) Articulação entre agentes económicos Volume de exportação nacional e internacional

IDENTIDADES

Foco: Reforço da identidade municipal, criando um sentido de lugar para que a população se identifique com o concelho, aumentando a atratividade de Sintra para residir, para trabalhar e estudar, e para lazer.

Critérios	Indicadores
Investimento nos fatores identitários <ul style="list-style-type: none"> Sintra histórica Paisagem Produtos e atividades Tradições e cultura 	Fatores de valorização da paisagem Investimentos na herança municipal Valorização de produtos e culturas tradicionais Atividades culturais, desportivas, de lazer em meio urbano
Rede Social e cidadania <ul style="list-style-type: none"> Diversidade e inclusão social Associativismo Iniciativas da sociedade 	Dinâmicas etárias e étnicas Atratividade migratória Ações para a inclusão social Promoção do Empreendedorismo Social, do Associativismo e do Voluntariado

4 AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDM-SINTRA

4.1 FCD#1 Governança

4.1.1 Questões/tendências Críticas

No que respeita ao FCD#1 **Governança**, as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Complexa estrutura organizacional e multiplicidade de funções podem criar obstáculos em vez de facilitar o desenvolvimento estratégico concelhio;
- Decréscimo do Índice de Transparência Municipal e perceção de baixa execução municipal;
- Melhoria na qualificação e formação profissional dos recursos camarários;
- Melhoria no atendimento e cobertura da rede de Gabinetes de Apoio ao Município.

O quadro seguinte sumariza as prioridades que caracterizam a situação existente no concelho.

Quadro 4: Análise SWOT FCD#1 Governança³

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Criação do Centro Estratégico Empresarial e do Centro Estratégico Ambiental.</p> <p>Rede de Gabinetes de Apoio ao Município (Espaço do Cidadão, Delegações e Postos de Atendimento Descentralizado).</p> <p>Aposta na qualificação e formação profissional dos recursos humanos da CMS.</p>	<p>Baixa capacidade financeira da autarquia para investir nas necessidades em equipamentos e infraestruturas.</p> <p>População afastada da administração local.</p> <p>Estrutura organizacional camarária não reflete as necessidades do concelho.</p> <p>Deficiente comunicação interdepartamental da CMS.</p> <p>Ineficiência das Empresas Municipais.</p> <p>Baixo Índice de Transparência Municipal.</p> <p>Insuficiente execução de medidas e ações previstas em relatório do PDM em vigor.</p> <p>Descoordenação entre as várias entidades atuantes no concelho.</p>

³ CMS; CMS, Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra, Temas 1 e 8; DGAL; Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e de Infrações Convexas do Município de Sintra; Plano de Desenvolvimento Estratégico Sintra 2015; Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Sintra 2011; <https://www.ctt.pt/>; <http://www.cm-sintra.pt/>; <https://www.iefp.pt/>; <http://poderlocal.transparencia.pt/>; <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Novos enquadramentos legais favorecem uma maior eficiência da administração pública direcionados à reabilitação urbana e ao licenciamento. Orçamentos participativos ao nível das freguesias	Falta de política organizada de captação e apoio ao investimento ao nível municipal. Centralização de serviços de proximidade (finanças, segurança social e correios).

4.1.2 Avaliação de Opções

Quadro 5: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#1 Governança

OE		Critérios	Modelo de governança municipal	Proximidade cidadã
OE 1.1	Promover o emparcelamento rústico mantendo a compartimentação e composição da paisagem.		↗ Fomentar as mais-valias do emparcelamento face à visão estratégica concelhia. Necessidade de assegurar o diálogo entre proprietários.	↔
OE 1.2	Promover o emparcelamento rústico como forma de aumentar a produtividade.			↔
OE 2.1	Reconversão de áreas degradadas através da atribuição de novas funções.		↗ Gestão melhorada dos recursos existentes e procura de investimentos e parcerias. Dificuldade de gestão caso não ocorra um reforço nas políticas de regulamentação, licenciamento e fiscalização.	↔
OE 2.2	Requalificação do espaço público como forma de promover a valorização dos núcleos históricos.		↘ Oportunidade para criação de modelo de governação inovador. Aumento de custos associados (pressão na viabilidade financeira municipal). Dependência de investimentos e parcerias para a requalificação do espaço público.	↑ Oportunidade para promover o envolvimento das comunidades locais criando sentido de coresponsabilização e pertença.

OE 2.3	Desenvolvimento de projetos de valorização dos núcleos históricos.	↗ Depende de financiamento de investimentos estruturantes concordantes com a visão estratégica municipal e estratégias conjuntas (com demais entidades) de valorização dos núcleos históricos como promotor de novas relações institucionais.	↑ Oportunidade para promover o envolvimento das comunidades locais criando sentido de coresponsabilização.
OE 2.4	Reconversão de áreas degradadas e reconversão dos núcleos históricos por iniciativa dos privados.	↑ Melhoria da relação com os privados e procura de investimento.	↔
OE 3.1	Continuidade do sistema natural no município assegurando a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, dando prioridade a usos que promovam a proteção e valorização de áreas de valor biofísico e natural como primeira prioridade.	↔	↔
OE 3.2	A admissibilidade de usos que eventualmente possam colocar em risco a proteção e valorização de áreas com valor biofísico e natural, é assegurada pela substituíbilidade dos valores em risco (compensação), seguindo uma política cautelar.	↘ Compatibilização de instrumentos de gestão de diferentes escalas. Ausência de critérios para valoração dos ativos.	↔
OE 4.1	A decisão sobre o uso de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas, deve basear-se numa avaliação demonstrativa do valor tangível e intangível desses ativos.	Dificuldade de gestão caso não ocorra um reforço nas políticas de fiscalização	↔
OE 4.2	A decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas deve basear-se numa gestão adaptativa e na geração de mecanismos incentivadores à sua proteção e valorização (transferência de créditos).	↑ Oportunidade para criação de modelo de governação inovador - Promoção e valorização das potencialidades existentes através de uma gestão adaptativa e partilhada.	↔

OE 5.1	Identificação e desenvolvimento de usos compatíveis – atividades turísticas, agrícolas e florestais - com a recuperação e valorização dos recursos endógenos (a orla costeira, água e solo).	↑ Oportunidade para criação de modelo de governação inovador - Conciliação de interesses e diminuição de conflitos face a possível desalinhamento de orientações e intenções estratégicas.	↔
OE 5.2	Dar prioridade a usos que invistam na recuperação dos recursos endógenos degradados e estimulem a sua valorização.	↑ Oportunidade para criação de modelo de governação inovador - Incentivar investimentos em recursos estruturantes da visão estratégica municipal.	↔
OE 6.1	Critérios de edificabilidade que transferem a intervenção dos particulares de fora do perímetro para dentro do perímetro.	↗ Diminuição dos custos de escala urbanísticos e melhoria do desempenho dos processos urbanísticos. Constrangimentos burocráticos e administrativos.	↔
OE 6.2	Programas de incentivo à ocupação de fogos vagos.	↗ Definição de uma política de reforma habitacional e otimização dos ativos municipais. Constrangimentos burocráticos e administrativos.	↑ Alinhamento estratégia CMS com necessidade da Comunidade (promoção de proximidade e confiança).
OE 6.3	Compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade.	↑ Promover a sustentabilidade municipal - racionalizar e otimizar os recursos municipais. Cooperação institucional na gestão (pós rentabilização) de equipamentos e infraestrutura.	↑ Aposta numa política de proximidade (igualdade de condições de tempo, custo e qualidade).

OE 7.1	Melhorar a ligação interconcelhia a Maфра. <i>Concretização da via de ligação a Maфра (única nova infraestrutura rodoviária interconcelhia).</i>	↓ Conflitos de decisão política decorrentes de sobreposição de competências e responsabilidades.	↔
OE 7.2	Beneficiação viária para melhorar a mobilidade interna (intraconcelhia). <i>Privilegiar a beneficiação viária, com revisão de traçado se necessário, para melhorar a mobilidade entre aglomerados.</i>	↔	↔
OE 7.3	Aumentar a eficiência dos serviços de transportes e apostar na mobilidade suave. <i>Adotar as medidas necessárias à otimização (eficiência) dos serviços de transporte, apostando na intermodalidade, nos parques dissuasores e na melhoria dos serviços de transportes. Criar as condições necessárias ao crescimento das modalidades de mobilidade suave (circulação pedonal e ciclável), e adoção de estímulos e condições ao crescimento dos veículos elétricos.</i>	↑ Concertação entre entidades para uma estratégia/política municipal para a mobilidade.	↑ Alinhamento estratégia CMS com necessidade da Comunidade (promoção de proximidade e confiança).
OE 8.1	Reconversão total das AUGI, considerando o regime excecional das AUGI, sem ponderação dos valores naturais, biofísicos, paisagísticos e, especialmente os associados ao risco.	↓ Risco de incapacidade de resposta (dificuldades administrativas e de gestão) face a condicionantes financeiros e institucionais.	↔
OE 8.2	Reconversão parcial das AUGI, considerando a parte do território com aptidão para a urbanização, ou seja, excluindo as áreas que por condições naturais, biofísicas e, especialmente as relacionadas com o risco, não apresentam condições à urbanização e edificação.		↔
OE 8.3	Revisão do âmbito das AUGI e revogação das que não apresentem condições para serem consideradas como tal.	↓ Risco de incapacidade de aplicação da OE pelo excesso de burocracia imposta (constrangimentos de recursos - humanos e orçamentais - e aumento de conflitos com proprietários).	↓ Risco de discriminação face à estratégia de revogação proposta.

OE 9.1	Implementação de uma política de proximidade para redução de distâncias através do ordenamento do território e do desenho urbano.	↗ Melhoria da eficiência de prestação de serviços e gestão infraestrutural e de recursos. Centralização de serviços como causador de constrangimentos administrativos.	↘ Risco de situações de desigualdade de acesso a serviços (centralização de serviços - tempo, custos e qualidade). Promover o envolvimento das comunidades locais nas estratégias de combate às AC (partilha de informação, educação e sensibilização).
OE 9.2	Incentivos a soluções eficientes no âmbito dos recursos energéticos e naturais (eletricidade, gás e água).	↗ Criação de uma estratégia de gestão adaptativa e partilhada (abordagem integrada com diferentes agentes com atuação).	↑ Promover o envolvimento das comunidades locais nas estratégias de combate às AC (partilha de informação, educação e sensibilização).
OE 9.3	Valorização do sistema hídrico como oportunidade de criação de áreas de descompressão urbana.	Ausência de orientações específicas para um diálogo com vista à concretização da OE.	
OE 10.1	Promoção de atividades âncora que desenvolvem a economia municipal, geram riqueza local, promovem a “marca Sintra” e integram na sua cadeia de valor a valorização dos recursos endógenos e os serviços do ecossistemas.		↑ Aposta nos ativos municipais como mais-valia no desenvolvimento de atividades âncoras.
OE 10.2	Promoção de atividades âncora através do desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades, promovendo o seu ordenamento, diversificação da oferta, divulgação de produtos de “marca Sintra” e sua distribuição.	↗ Promoção de parcerias sinérgicas e procura de investimento. Aumento de custos associados (pressão na viabilidade financeira municipal).	↔
OE 11.1	Qualificação e conversão de áreas industriais e de exploração da pedra, ordenando os usos compatíveis, próprios, complementares ou secundários, promovendo a concentração e especialização da oferta e criando cadeias de valor municipal.		↔

OE 11.2	Requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas, estimulando o investimento em usos que promovam a sua valorização e reativação como áreas de desenvolvimento económico municipal.		↔
OE 12.1	Desenvolvimento das condições de suporte às atividades económicas, nomeadamente as infraestruturas (mobilidade e transporte), o suporte institucional (eficiência institucional), o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) e a oferta de espaços qualificados, promovendo complementaridades e economia de proximidade.	↑ Oportunidades na prestação de serviços às empresas (simplificação administrativa - regulação, regulamentação e licenciamento). Cooperação e coordenação institucional (público e privado) para uma atuação sinérgica na prossecução da visão estratégica municipal.	↔
OE 12.2	Desenvolvimento de condições de estímulo às atividades económicas, promovendo uma economia complementar e de proximidade, baseada no conhecimento e inovação, dirigindo os investimentos para espaços em requalificação, adequando-os com infraestruturas digitais e mobilidade compatível.	↑ Oportunidades no financiamento de investimentos estruturantes com base numa oferta competitiva.	↔
OE 13.1	Atrair, qualificar e especializar profissionais que se integrem nas atividades âncora e de maior desenvolvimento municipal, criando parcerias com universidade e centros de I&D.	↑ Criação de estratégias de racionalização e otimização dos recursos humanos existentes (relação custo-benefício e investimento futuro). Cooperação institucional.	↔
OE 13.2	Criação no município de polos de investigação académica e profissional que promovam a qualificação dos recursos humanos existentes e a fixação de profissionais qualificados.	↔	↔

OE 14.1	Desenvolver e dinamizar plataformas participativas. <i>Aumentar a participação nos processos de decisão através da criação de momentos e espaços para intervenção incentivando a criação e dinamização de plataformas participativas. Promover estruturas de concertação territorial com os atores locais.</i>	<p>↑</p> <p>Cooperação e coordenação institucional (público e privado) para uma atuação sinérgica na prossecução da visão estratégica municipal.</p>	<p>↑</p> <p>Promoção e diversificação da participação pública efetiva e informada.</p>
OE 14.2	Promover a transparência da decisão e o acesso à informação. <i>Desenvolver meios de acesso à informação como mecanismo promotor da transparência municipal e confiança município-munícipe.</i>	<p>↑</p> <p>Legitimação dos processos decisórios.</p>	<p>↑</p> <p>Imagem de confiança e sentimento de proximidade entre executivo e munícipes (legitimação dos processos decisórios). Promoção da participação pública efetiva e informada.</p>

Legenda: ↑ Oportunidades significativas; ↗ Oportunidades predominam sobre os riscos; ↔ Sem relação; ↘ Riscos predominam sobre as oportunidades; ↓ Riscos significativos.

4.2 FCD#2 Diversidade do território

4.2.1 Questões/tendências Críticas

No que respeita ao FCD#2 **Diversidade do território**, as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Subaproveitamento de fogos vagos;
- Subaproveitamento dos recursos naturais como ativo de negócios de valor acrescentado, incluindo solo agrícola, recursos geológicos exclusivos, paisagem, património cultural;
- Processos de reconversão de AUGI morosos e manutenção de um número considerável de AUGI sem processos de reconversão iniciados;
- Aumento do uso do transporte individual e insuficiente rede de transportes interna (noroeste, nordeste, sudoeste e faixa litoral);
- Aumento do consumo de energia elétrica no concelho;
- Reduzida captação e baixa qualidade de espaços verdes, mas boa qualidade ambiental em geral;
- Fragmentação da estrutura ecológica no corredor urbano;
- Debilidades na oferta de serviços de saúde (instalações e recursos);
- Baixo número de agentes de segurança pública *per capita*;
- Descaracterização da paisagem rural devido às atividades industriais.

O quadro seguinte sumariza as prioridades que caracterizam a situação existente no concelho.

Quadro 6: Análise SWOT FCD#2 Diversidade do território⁴

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Boa cobertura e forte utilização dos transportes públicos (TP) nas cidades do município.</p> <p>Sensibilização para questões de eficiência energética na rede de iluminação pública.</p> <p>Taxa de criminalidade inferior à observada na AML.</p> <p>Condições para o aproveitamento de energias alternativas (solar e eólica).</p> <p>Orla costeira com potencial para suporte de atividades turísticas e baixa ocupação do litoral do concelho.</p> <p>70% do concelho ocupado por áreas agrícolas, agroflorestais e florestais, com potencial de crescimento e em presença de elementos diferenciadores.</p> <p>Boa qualidade ambiental (ar, água, solo).</p> <p>Baixa frequência de inundações.</p> <p>Boa cobertura da rede de saneamento e abastecimento de água.</p> <p>Aumento do nº de fogos vagos com potencial para suprimir as carências sociais existentes</p>	<p>Elevada dispersão no corredor urbano.</p> <p>Carência de espaços verdes e equipamentos de saúde de qualidade.</p> <p>Elevado n.º de fogos vagos e carências na oferta de habitação social.</p> <p>Elevado número de AUGI sem o respetivo processo de reconversão concluído.</p> <p>Prevalência do transporte individual.</p> <p>Tendência crescente de consumo energético em todos os setores económicos bem como nas estruturas públicas.</p> <p>Baixa capitação de agentes de segurança pública.</p> <p>Desarticulação entre operadores de transportes.</p> <p>Espaço edificado fortemente habitacional.</p> <p>Recursos naturais pouco explorados economicamente.</p> <p>Decréscimo da superfície agrícola utilizada.</p> <p>Degradação da paisagem rural.</p> <p>Área ardida em 2011 é superior à média do quinquénio 2006-2010.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Recente aposta na reabilitação e regeneração Urbana.</p> <p>Elevado valor ecológico integrado em sistemas transfronteiriço (PNSC, Orla Costeira).</p> <p>Quadro de Ação Regional 2020 prevê investimento no setor das águas e saneamento.</p>	<p>Descoordenação em matéria de acessibilidades e transportes a nível intra- e interconcelhio</p> <p>Efeitos das alterações climáticas na orla costeira e nos recursos hídricos.</p> <p>Pressão urbanística em zonas que ainda preservam características naturais.</p>

⁴ Baltazar, L. e Martins, C. 2005 – Atlas do parque natural Sintra – Cascais. Edição de Junta de Turismo da Costa do Estoril e Parque natural Sintra – Cascais; DGOTDU, Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental, 2004; DGOTDU, Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, 2002; Diagnóstico de Perigos PROT-AML 2009: CLAS, Diagnóstico Social do Concelho de Sintra – Dinâmicas Demográficas e Habitacionais, 2014; CMS; CMS, Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra – Temas 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10; Costa e Estanqueiro (2003) "Atlas do Vento do concelho de Sintra" in CMS - Agência Municipal de Energia de Sintra - "Plano Energético de Sintra"; ICNF; ICNF, Ficha do Sítio Sintra/Cascais PTCON008 do Plano Sectorial da Rede Natura 2000; INE; INE Censos 2001 e 2011; INE Estatísticas Territoriais; Matriz Energética de Sintra 2014; Plano Estratégico do Concelho de Sintra face às Alterações Climáticas, SIAM – Sintra; Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2013-2017 (PMDFCI), caderno I; Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil; Plano Verde de Sintra, 2005; PorData; resultados dos Inquéritos à População realizados em dezembro de 2014; Zêzere (2012) - Seminário "Área Metropolitana de Lisboa: Ambiente Urbano e Riscos"; <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/seminario-augis-e-construcao-ilegal-%7C-28-de-maio/8592.htm>.

4.2.2 Avaliação de Opções

Quadro 7: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#2 Diversidade do território

OE		Critérios	Sintra Urbana	Sintra Saloia	Sintra Natural
OE 1.1	Promover o emparcelamento rústico mantendo a compartimentação e composição da paisagem.		↔	↑ Aumento da viabilidade e produtividade das produções agrícolas.	↑ Fomento do contínuo natural da biodiversidade e dos habitats.
OE 1.2	Promover o emparcelamento rústico como forma de aumentar a produtividade.		↔	↗ Aumento da viabilidade e produtividade das produções agrícolas mas eventual perda de identidade.	↓ Risco de perda de funções determinantes a nível ecológico.
OE 2.1	Reconversão de áreas degradadas através da atribuição de novas funções.		↑ Aumento de atratividade e criação de novas dinâmicas territoriais superando espaços ambientalmente degradado (desde que assegurando funções compatíveis com um equilíbrio ambiental).		↔
OE 2.2	Requalificação do espaço público como forma de promover a valorização dos núcleos históricos.		↑ Valorização do espaço público, dos núcleos históricos e do espaço urbano.	↑ Valorização do espaço público, dos núcleos históricos e do solo rústico.	↔

OE 2.3	Desenvolvimento de projetos de valorização dos núcleos históricos.	↗ Valorização dos núcleos históricos em espaço urbano. Risco de perda de identidade se o valor patrimonial não for prioritário.	↗ Valorização dos núcleos históricos em solo rústico. Risco de perda de identidade se o valor patrimonial não for prioritário.	↔
OE 2.4	Reconversão de áreas degradadas e reconversão dos núcleos históricos por iniciativa dos privados.	↗ Promoção de valorização dos núcleos históricos em solo urbano. Risco de dependência dos privados.	↗ Promoção de valorização dos núcleos históricos e do solo rústico. Risco de dependência dos privados.	↔
OE 3.1	Continuidade do sistema natural no município assegurando a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, dando prioridade a usos que promovam a proteção e valorização de áreas de valor biofísico e natural como primeira prioridade.	↔	↑ Salvaguarda e integridade dos valores ecológicos e sua valorização.	
OE 3.2	A admissibilidade de usos que eventualmente possam colocar em risco a proteção e valorização de áreas com valor biofísico e natural, é assegurada pela substituíbilidade dos valores em risco (compensação), seguindo uma política cautelar.	↔	↗ Acautelamento de critérios para a valorização dos ecossistemas. Risco face a inadequabilidade das medidas compensatórias.	

OE 4.1	A decisão sobre o uso de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas, deve basear-se numa avaliação demonstrativa do valor tangível e intangível desses ativos.	↗ Oportunidade para promoção dos SE de regulação e culturais em espaço urbano. Ausência de critérios para a avaliação dos ativos.	↗ Potenciar o aumento do espaço agrícola, através da promoção dos SE de produção e suporte. Ausência de critérios para a avaliação dos ativos.	↗ Valorização dos Serviços dos Ecossistemas. Risco de perda de valores de biodiversidade não associada a SE Ausência de critérios para a avaliação dos ativos.
OE 4.2	A decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas deve basear-se numa gestão adaptativa e na geração de mecanismos incentivadores à sua proteção e valorização (transferência de créditos).	↑ Incentivos à proteção e valorização dos SE.		
OE 5.1	Identificação e desenvolvimento de usos compatíveis – atividades turísticas, agrícolas e florestais - com a recuperação e valorização dos recursos endógenos (a orla costeira, água e solo).	↑ Promoção da diversidade e multifuncionalidade do território e da oferta de SE, contribuindo para a valorização dos recursos endógenos.		
OE 5.2	Dar prioridade a usos que invistam na recuperação dos recursos endógenos degradados e estimulem a sua valorização.			
OE 6.1	Crítérios de edificabilidade que transferem a intervenção dos particulares de fora do perímetro para dentro do perímetro.	↑ Incentivo à consolidação e compactação urbana.	↑ Valorização do território fora dos perímetros urbanos (agrícola).	↑ Redução da pressão urbanística sobre áreas naturais com potencial de valorização.
OE 6.2	Programas de incentivo à ocupação de fogos vagos.	↑ Aproveitamento dos fogos vagos, redução de carências de oferta de habitação e redução de pressão urbanística.	↔	

OE 6.3	Compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade.	↑ Incentivo à consolidação e compactação urbana.	↓ Risco de pressão territorial em solo rústico.	
OE 7.1	Melhorar a ligação interconcelhia a Mafra. <i>Concretização da via de ligação a Mafra (única nova infraestrutura rodoviária interconcelhia).</i>	↗ Potencial de diminuição da disparidade territorial. Risco de contribuir para o aumento do TI.	↓ Aumento da fragmentação do território. Maior impermeabilização do território e descontinuidade dos ecossistemas.	
OE 7.2	Beneficiação viária para melhorar a mobilidade interna (intraconcelhia). <i>Privilegiar a beneficiação viária, com revisão de traçado se necessário, para melhorar a mobilidade entre aglomerados.</i>		↔	↔
OE 7.3	Aumentar a eficiência dos serviços de transportes e apostar na mobilidade suave. <i>Adotar as medidas necessárias à otimização (eficiência) dos serviços de transporte, apostando na intermodalidade, nos parques dissuasores e na melhoria dos serviços de transportes.</i> <i>Criar as condições necessárias ao crescimento das modalidades de mobilidade suave (circulação pedonal e ciclável), e adoção de estímulos e condições ao crescimento dos veículos elétricos.</i>	↑ Criação de oportunidade de diminuição do TI.	↔	↔
OE 8.1	Reconversão total das AUGI, considerando o regime excecional das AUGI, sem ponderação dos valores naturais, biofísicos, paisagísticos e, especialmente os associados ao risco.	↑ Oportunidade de reconversão e qualificação de AUGIs, em solo urbano.	↗ Oportunidade de reconversão e qualificação de AUGIs, em solo rústico. Risco de ocupação e degradação de valores naturais com potencial agrícola e natural.	↓ Risco de inexistência de orientações específicas para salvaguarda de áreas vulneráveis e com elevada sensibilidade ecológica.

OE 8.2	Reconversão parcial das AUGI, considerando a parte do território com aptidão para a urbanização, ou seja, excluindo as áreas que por condições naturais, biofísicas e, especialmente as relacionadas com o risco, não apresentam condições à urbanização e edificação.	↑ Oportunidade de reconversão e qualificação de AUGIs, em solo urbano.	↗ Promoção da qualificação do solo rústico. Ausência de medidas para a reconversão de AUGIs em solo rústico.	↑ Promoção da salvaguarda dos valores naturais.
OE 8.3	Revisão do âmbito das AUGI e revogação das que não apresentem condições para serem consideradas como tal.	↗ Oportunidade de reconversão parcial e qualificação de AUGIs, em solo urbano. Risco de não reconversão dos espaços urbanos de origem ilegal.	↓ Risco de não reconversão das AUGIs em solo rústico.	↗ Promoção da salvaguarda dos valores naturais. Ausência de critérios que evitem a ocupação de áreas ecológicas vulneráveis.
OE 9.1	Implementação de uma política de proximidade para redução de distâncias através do ordenamento do território e do desenho urbano.	↑	↔	↔
OE 9.2	Incentivos a soluções eficientes no âmbito dos recursos energéticos e naturais (eletricidade, gás e água).	Incentivo à consolidação e compactação urbana e aumento de eficiência energética.	↑ Promoção do uso eficiente dos recursos, em especial da racionalização dos recursos energéticos e naturais para a atividade agrícola.	↔
OE 9.3	Valorização do sistema hídrico como oportunidade de criação de áreas de descompressão urbana.	↑ Promoção da capacidade de utilização dos espaços verdes.	↑ Criação de condições favoráveis à permeabilização e controlo de escoamentos hídricos.	

OE 10.1	Promoção de atividades âncora que desenvolvem a economia municipal, geram riqueza local, promovem a “marca Sintra” e integram na sua cadeia de valor a valorização dos recursos endógenos e os serviços do ecossistemas.	↑ Valorização da cadeia de valor sustentável associada à marca Sintra – dos recursos, à sua transformação, promoção e comercialização.	↑ Valorização da atividade agrícola.	↑ Valorização dos ecossistemas através da promoção de usos compatíveis com a conservação das suas funções ecológicas.
OE 10.2	Promoção de atividades âncora através do desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades, promovendo o seu ordenamento, diversificação da oferta, divulgação de produtos de “marca Sintra” e sua distribuição.		↓ Risco de infraestruturização em territórios de potencial agrícola.	↘ Valorização dos ecossistemas. Risco de aumento da pressão sobre o sistema natural caso o dimensionamento das infraestruturas propostas não seja acautelado.
OE 11.1	Qualificação e conversão de áreas industriais e de exploração da pedra, ordenando os usos compatíveis, próprios, complementares ou secundários, promovendo a concentração e especialização da oferta e criando cadeias de valor municipal.	↔	↑ Multifuncionalidade e equilíbrio de usos em solo rústico.	
OE 11.2	Requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas, estimulando o investimento em usos que promovam a sua valorização e reativação como áreas de desenvolvimento económico municipal.	↔	Redução dos conflitos de usos do solo [potencial para valorização do cariz rural através do aumento da exploração agrícola].	↑ Incentivos à proteção e valorização dos SE.

OE 12.1	Desenvolvimento das condições de suporte às atividades económicas, nomeadamente as infraestruturas (mobilidade e transporte), o suporte institucional (eficiência institucional), o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) e a oferta de espaços qualificados, promovendo complementaridades e economia de proximidade.	↔	↘ Criação de condições para o investimento nos SE. Risco de aumento da pressão sobre o sistema natural e espaços agrícolas.	
OE 12.2	Desenvolvimento de condições de estímulo às atividades económicas, promovendo uma economia complementar e de proximidade, baseada no conhecimento e inovação, dirigindo os investimentos para espaços em requalificação, adequando-os com infraestruturas digitais e mobilidade compatível.	↔	↔	↔
OE 13.1	Atrair, qualificar e especializar profissionais que se integrem nas atividades âncora e de maior desenvolvimento municipal, criando parcerias com universidade e centros de I&D.	↔	↔	↔
OE 13.2	Criação no município de polos de investigação académica e profissional que promovam a qualificação dos recursos humanos existentes e a fixação de profissionais qualificados.	↔	↔	↔
OE 14.1	Desenvolver e dinamizar plataformas participativas. <i>Aumentar a participação nos processos de decisão através da criação de momentos e espaços para intervenção incentivando a criação e dinamização de plataformas participativas. Promover estruturas de concertação territorial com os atores locais.</i>	↑ Promoção da sensibilização ambiental.		
OE 14.2	Promover a transparência da decisão e o acesso à informação. <i>Desenvolver meios de acesso à informação como mecanismo promotor da transparência municipal e confiança município-município.</i>			

Legenda: ↑ Oportunidades significativas; ↗ Oportunidades predominam sobre os riscos; ↔ Sem relação; ↘ Riscos predominam sobre as oportunidades; ↓ Riscos significativos.

4.3 FCD#3 Cadeia de Valor

4.3.1 Questões/tendências Críticas

No que respeita ao FCD#3 **Cadeia de Valor**, as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Fragilidade na adaptação e competitividade ao mercado, baixa atratividade e fixação empresarial no município;
- Maior representatividade do setor secundário e terciário acompanhado de um aumento da oferta de emprego nestes setores;
- Crescente valorização do turismo como aposta de desenvolvimento económico, apesar da baixa estada média de turistas;
- Produção agrícola e exploração da pedra com potencial baseado em conhecimento e tradição, requer incentivo e organização;
- Diminuição da dependência externa (importação) e aumento das exportações.

O quadro seguinte sumariza as prioridades que caracterizam a situação existente no concelho.

Quadro 8: Análise SWOT FCD#3 Cadeia de Valor⁵

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Maior representatividade do setor terciário e secundário e aumento de oferta de emprego nestes setores.</p> <p>Medidas de apoio e incentivo à economia (Simplex Industrial e a incubadora de <i>startups</i>).</p> <p>Aumento da qualificação da população ativa.</p> <p>Tradição de exploração e transformação da pedra.</p> <p>Potencial e tradição agrícola e agroflorestal.</p> <p>Desenvolvimento do turismo sustentável (turismo da natureza e rural).</p> <p>Aumento do n.º de dormidas e da capacidade de alojamento.</p> <p>Diminuição da importação e aumento das exportações.</p>	<p>Diminuição do n.º de empresas, VAB e volume de negócios em todos os setores de atividade económica, exceto eletricidade/gás/água e captação, tratamento e distribuição de água.</p> <p>Volume de negócios sem correspondência com o n.º de empresas.</p> <p>Estrutura atomizada nos setores mais tradicionais (fraco nível de inovação e qualificação de pessoal).</p> <p>Défice de atividades ligadas ao setor terciário mais qualificado.</p> <p>Diminuição do n.º de pessoas ao serviço nas empresas e taxa de desemprego superior à da AML e do país.</p> <p>Baixa atratividade do concelho em termos de tipologias de emprego.</p>

⁵ CMS; Notícia da CMS, consultada em abril de 2015 em <http://www.cm-sintra.pt/empresas-do-concelho-de-sintra-distinguidas>; Notícia da CMS, consultada em maio de 2015 em <http://www.cm-sintra.pt/grupometal-investe-em-sintra>; INE; Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2014 da CMS; Pordata; Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra: Tema 5 – Sócio Demografia e Tema 6 – Sócio Economia; Relatório do Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015: Tema 2 – Análise Socio-económica.

Ganho de importância da indústria transformadora.	Desarticulação empresas-universidades. Perda de peso económico da indústria extrativa. Espaços industriais obsoletos. Perda de importância da agricultura. Baixa estada média do turista.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Proximidade à capital e centralidade integrada na AML.</p> <p>Estratégias intermunicipais para competitividade.</p> <p>Aposta na agricultura e no turismo sustentável.</p> <p>A especialização industrial de alguns setores constitui potencial para a economia local (I&D).</p> <p>Desenvolver um município competitivo e inovador, fortalecendo as condições favoráveis (atratividade e fixação de empresas).</p> <p>Desenvolvimento do turismo enquanto VAB.</p>	<p>Competitividade global no setor da pedra natural (desvalorização do recurso).</p> <p>Contexto económico e financeiro nacional.</p> <p>Atratividade e competitividade de concelhos vizinhos.</p> <p>Forte concorrência da oferta de rotas turísticas entre Sintra, Lisboa e Cascais.</p>

4.3.2 Avaliação de Opções

Quadro 9: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#3 Cadeia de Valor

OE		Critérios	Mobilização dos agentes económicos	Produtos
OE 1.1	Promover o emparcelamento rústico mantendo a compartimentação e composição da paisagem.		↑ Promoção e dinamização do setor primário.	↑ Aumento da viabilidade e produtividade das produções agrícolas.
OE 1.2	Promover o emparcelamento rústico como forma de aumentar a produtividade.			
OE 2.1	Reconversão de áreas degradadas através da atribuição de novas funções.		↗ Oportunidade de atrair novos agentes económicos. Risco de atribuição de novas funções que não promovam o desenvolvimento da economia local e a competitividade económica.	↔
OE 2.2	Requalificação do espaço público como forma de promover a valorização dos núcleos históricos.		↑ Aumentar a atratividade de novos agentes económicos e a promoção do setor terciário.	↑ Promoção dos produtos associados ao turismo sustentável.
OE 2.3	Desenvolvimento de projetos de valorização dos núcleos históricos.		↘ Aumentar a atratividade de novos agentes económicos.	
OE 2.4	Reconversão de áreas degradadas e reconversão dos núcleos históricos por iniciativa dos privados.		Risco se não resultar a promoção de parcerias e incentivos com os diversos agentes económicos.	
OE 3.1	Continuidade do sistema natural no município assegurando a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, dando prioridade a usos que promovam a proteção e valorização de áreas de valor biofísico e natural como primeira prioridade.		↔	

OE 3.2	A admissibilidade de usos que eventualmente possam colocar em risco a proteção e valorização de áreas com valor biofísico e natural, é assegurada pela substituíbilidade dos valores em risco (compensação), seguindo uma política cautelar.	↔	↑ Promoção da exploração dos recursos para uma maior produtividade.
OE 4.1	A decisão sobre o uso de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas, deve basear-se numa avaliação demonstrativa do valor tangível e intangível desses ativos.	↔	↓ Risco de dependência dos estudos de avaliação para a viabilização da exploração dos SE.
OE 4.2	A decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas deve basear-se numa gestão adaptativa e na geração de mecanismos incentivadores à sua proteção e valorização (transferência de créditos).	↓ Risco de uma política demasiado restritiva, e de consequente saída de agentes económicos do concelho.	↘ Risco de uma política demasiado restritiva. Oportunidade de valorizar os recursos dos SE.
OE 5.1	Identificação e desenvolvimento de usos compatíveis – atividades turísticas, agrícolas e florestais - com a recuperação e valorização dos recursos endógenos (a orla costeira, água e solo).	↑ Oportunidade para atrair agentes económicos cujo foco de negócio seja a valorização e recuperação dos recursos endógenos.	↑ Aumento e diversificação das tipologias de turismo.
OE 5.2	Dar prioridade a usos que invistam na recuperação dos recursos endógenos degradados e estimulem a sua valorização.		↑ Criação de sinergias para a gestão das atividades turísticas.
OE 6.1	Critérios de edificabilidade que transferem a intervenção dos particulares de fora do perímetro para dentro do perímetro.	↑ Aumentar a atratividade de novos agentes económicos.	↑ Dinamização de novos produtos.
OE 6.2	Programas de incentivo à ocupação de fogos vagos.	↔	↔
OE 6.3	Compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade.	↔	↔

OE 7.1	Melhorar a ligação interconcelhia a Mafra. <i>Concretização da via de ligação a Mafra (única nova infraestrutura rodoviária interconcelhia).</i>	↔	↑ Potencial atrativo turístico e de escoamento de produtos através da melhor ligação a concelhos vizinhos.
OE 7.2	Beneficiação viária para melhorar a mobilidade interna (intraconcelhia). <i>Privilegiar a beneficiação viária, com revisão de traçado se necessário, para melhorar a mobilidade entre aglomerados.</i>	↔	↔
OE 7.3	Aumentar a eficiência dos serviços de transportes e apostar na mobilidade suave. <i>Adotar as medidas necessárias à otimização (eficiência) dos serviços de transporte, apostando na intermodalidade, nos parques dissuasores e na melhoria dos serviços de transportes.</i> <i>Criar as condições necessárias ao crescimento das modalidades de mobilidade suave (circulação pedonal e ciclável), e adoção de estímulos e condições ao crescimento dos veículos elétricos.</i>	↑ Oportunidade para mobilização de atores promotores de soluções de mobilidade suave.	↑ Oportunidade de atratividade para o turismo sustentável através do aumento de rotas para circulação pedonal e ciclável.
OE 8.1	Reconversão total das AUGI, considerando o regime excecional das AUGI, sem ponderação dos valores naturais, biofísicos, paisagísticos e, especialmente os associados ao risco.	↗ Oportunidade de aumentar a atratividade económica local. Risco de perder agentes económicos cujo foco de negócio se relacione com a valorização de valores naturais, biofísicos e paisagísticos.	↓ Risco de destruir valores naturais, biofísicos e paisagísticos associados ao turismo sustentável e à agricultura biológica.
OE 8.2	Reconversão parcial das AUGI, considerando a parte do território com aptidão para a urbanização, ou seja, excluindo as áreas que por condições naturais, biofísicas e, especialmente as relacionadas com o risco, não apresentam condições à urbanização e edificação.	↑ Oportunidade de aumentar a atratividade económica local.	↔

OE 8.3	Revisão do âmbito das AUGI e revogação das que não apresentem condições para serem consideradas como tal.	↔	↔
OE 9.1	Implementação de uma política de proximidade para redução de distâncias através do ordenamento do território e do desenho urbano.	↔	↔
OE 9.2	Incentivos a soluções eficientes no âmbito dos recursos energéticos e naturais (eletricidade, gás e água).	↑ Oportunidade para mobilização de atores na promoção de soluções energéticas sustentáveis.	↑ Promoção do uso eficiente dos recursos como fator competitivo.
OE 9.3	Valorização do sistema hídrico como oportunidade de criação de áreas de descompressão urbana.	↔	↔
OE 10.1	Promoção de atividades âncora que desenvolvem a economia municipal, geram riqueza local, promovem a “marca Sintra” e integram na sua cadeia de valor a valorização dos recursos endógenos e os serviços do ecossistemas.	↑ Desenvolvimento da economia local e promoção das atividades económicas. Atração de novos agentes económicos através da diversificação da oferta.	↑ Promoção e desenvolvimento dos produtos locais.
OE 10.2	Promoção de atividades âncora através do desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades, promovendo o seu ordenamento, diversificação da oferta, divulgação de produtos de “marca Sintra” e sua distribuição.		
OE 11.1	Qualificação e conversão de áreas industriais e de exploração da pedra, ordenando os usos compatíveis, próprios, complementares ou secundários, promovendo a concentração e especialização da oferta e criando cadeias de valor municipal.	↗ Criação de cadeia de valor local. Promoção do setor indústrias extrativas e transformadoras. Risco de resistência dos principais atores a novas formas de negócio.	↑ Promoção do produto pedra. Qualificação e conversão dos espaços industriais.

OE 11.2	Requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas, estimulando o investimento em usos que promovam a sua valorização e reativação como áreas de desenvolvimento económico municipal.	<p>↗</p> <p>Promoção e dinamização do setor indústrias extrativas e transformadoras.</p> <p>Combate aos espaços industriais obsoletos e degradados.</p> <p>Desenvolvimento da economia local e promoção das atividades económicas.</p> <p>Risco de resistência dos principais atores a novas formas de negócio.</p>	<p>↑</p> <p>Promoção do produto pedra.</p>
OE 12.1	Desenvolvimento das condições de suporte às atividades económicas, nomeadamente as infraestruturas (mobilidade e transporte), o suporte institucional (eficiência institucional), o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) e a oferta de espaços qualificados, promovendo complementaridades e economia de proximidade.	<p>↑</p> <p>Promoção do crescimento económico e atração de novos agentes económicos.</p> <p>Criação de espaços e de infraestruturas qualificadas.</p> <p>Aumento da atratividade e da competitividade económica.</p>	↔
OE 12.2	Desenvolvimento de condições de estímulo às atividades económicas, promovendo uma economia complementar e de proximidade, baseada no conhecimento e inovação, dirigindo os investimentos para espaços em requalificação, adequando-os com infraestruturas digitais e mobilidade compatível.	<p>↗</p> <p>Promoção do crescimento económico e atração de novos agentes económicos cujo foco de negócio se relacione com conhecimento e inovação.</p> <p>Criação do espaço e de infraestruturas qualificadas.</p> <p>Perda de oportunidade uma vez que não considera as parcerias e a aposta nas <i>startups</i>.</p>	↔
OE 13.1	Atrair, qualificar e especializar profissionais que se integrem nas atividades âncora e de maior desenvolvimento municipal, criando parcerias com universidade e centros de I&D.	<p>↑</p> <p>Combate à desarticulação empresas-universidades.</p>	↔
OE 13.2	Criação no município de polos de investigação académica e profissional que promovam a qualificação dos recursos humanos existentes e a fixação de profissionais qualificados.	<p>↑</p> <p>Promoção da qualificação dos recursos humanos.</p>	↔

OE 14.1	Desenvolver e dinamizar plataformas participativas. <i>Aumentar a participação nos processos de decisão através da criação de momentos e espaços para intervenção incentivando a criação e dinamização de plataformas participativas. Promover estruturas de concertação territorial com os atores locais.</i>	<p>↑</p> <p>Maior proximidade dos agentes económicos ao território e às pessoas do concelho.</p>	↔
OE 14.2	Promover a transparência da decisão e o acesso à informação. <i>Desenvolver meios de acesso à informação como mecanismo promotor da transparência municipal e confiança município-munícipe.</i>	<p>↑</p> <p>Maior confiança nos processos de decisão municipais.</p>	↔

Legenda: ↑ Oportunidades significativas; ↗ Oportunidades predominam sobre os riscos; ↔ Sem relação; ↘ Riscos predominam sobre as oportunidades; ↓ Riscos significativos.

4.4 FCD#4 Identidades

4.4.1 Questões/tendências Críticas

No que respeita ao FCD#4 **Identidades**, as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Imagem identitária própria;
- Diversidade de oferta de produtos agrícolas, gastronómicos e culturais;
- Investimento municipal na recuperação do património municipal maioritariamente focado na Vila de Sintra;
- Envelhecimento da população, com consequente diminuição de população em idade ativa;
- Diminuição da atratividade migratória;
- Rede estrutural de apoio e solidariedade existente diminuta relativamente às necessidades sociais concelhias;
- Multiculturalidade e riqueza étnica.

O quadro seguinte sumariza as prioridades que caracterizam a situação existente no concelho.

Quadro 10: Análise SWOT FCD#4 Identidades⁶

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Património natural e cultural reconhecido nacional e internacionalmente (UNESCO).	Reduzida valorização do património disperso pelo concelho (requalificação, divulgação, promoção), com exceção da Vila de Sintra.
Existência de núcleos históricos e património com elevado interesse disperso pelo concelho.	Degradação do património associada à pressão do turismo
Imagem promocional própria (“marca Sintra”) conhecida internacionalmente e com forte atratividade turística.	Marca de Sintra relacionada quase exclusivamente à Vila de Sintra.
Existência de indústrias culturais e criativas.	Aceleração do processo de envelhecimento demográfico.
Aumento da oferta pública de equipamentos na área desportiva, cultural e de lazer.	Áreas urbanas com constrangimentos a nível social (exclusão social, insegurança).
Existência de projetos de cariz social e de apoios às famílias mais carenciadas.	Oferta diminuta nas redes de solidariedade primárias na prestação de cuidados a crianças, jovens e idosos.
Multiculturalidade e diversidades étnicas.	Perda da capacidade atrativa
Consolidação do apoio a emigrantes e grupos em fator de risco	

⁶ CMS, Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra, Temas 2, 3, 5, 6, 8 e 11; Diagnostico agricultura e floresta PROTAML 2009; INE, Estatísticas Territoriais; PorData; <http://www.cm-sintra.pt/>; <http://www.seagency.org/>.

Iniciativas que promovem o princípio de equidade e coesão social e territorial.	Inversão da taxa de crescimento migratório. Crescente dependência populacional de prestações sociais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Continuidade na aposta na valorização da zona classificada como Património Mundial (UNESCO).</p> <p>Crescente valorização e procura da oferta cultural.</p> <p>Crescente preocupação e sensibilização para com o envelhecimento ativo.</p> <p>Reutilização e readaptação de equipamentos para novos modelos de respostas sociais.</p>	<p>Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar o património histórico.</p> <p>Aumento de problemas sociais: violência doméstica, exclusão social e pobreza das famílias.</p> <p>Diminuição dos fluxos migratórios internacionais, intensificação dos fluxos emigratórios nacionais.</p>

4.4.2 Avaliação de Opções

Quadro 11: Avaliação de Opções Estratégicas FCD#4 Identidades

OE		Critérios	Investimento nos fatores identitários	Rede Social e cidadania
OE 1.1	Promover o emparcelamento rústico mantendo a compartimentação e composição da paisagem.		↑ Manutenção da Paisagem Rural como identidade concelhia.	↔
OE 1.2	Promover o emparcelamento rústico como forma de aumentar a produtividade.		↓ Risco de perda de valores identitários e culturais.	↔
OE 2.1	Reconversão de áreas degradadas através da atribuição de novas funções.		↗ Promoção de fatores identitários dos núcleos históricos. Ausência de orientações que salvaguardem os valores patrimoniais aí existentes.	↔
OE 2.2	Requalificação do espaço público como forma de promover a valorização dos núcleos históricos.		↑ Promoção de fatores identitários dos núcleos históricos.	↑ Melhoria da qualidade de vida das populações.
OE 2.3	Desenvolvimento de projetos de valorização dos núcleos históricos.			↔
OE 2.4	Reconversão de áreas degradadas e reconversão dos núcleos históricos por iniciativa dos privados.		↑ Investimento na imagem e herança concelhia.	↔

OE 3.1	Continuidade do sistema natural no município assegurando a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, dando prioridade a usos que promovam a proteção e valorização de áreas de valor biofísico e natural como primeira prioridade.	↑ Manutenção da Paisagem Rural como identidade concelhia.	↔
OE 3.2	A admissibilidade de usos que eventualmente possam colocar em risco a proteção e valorização de áreas com valor biofísico e natural, é assegurada pela substituíbilidade dos valores em risco (compensação), seguindo uma política cautelar.	↓ Risco de descaracterização da Paisagem Rural.	↔
OE 4.1	A decisão sobre o uso de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas, deve basear-se numa avaliação demonstrativa do valor tangível e intangível desses ativos.	↑ Valorização da Paisagem Cultural concelhia.	↔
OE 4.2	A decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas deve basear-se numa gestão adaptativa e na geração de mecanismos incentivadores à sua proteção e valorização (transferência de créditos).		↔
OE 5.1	Identificação e desenvolvimento de usos compatíveis – atividades turísticas, agrícolas e florestais - com a recuperação e valorização dos recursos endógenos (a orla costeira, água e solo).	↑ Valorização dos produtos identitários concelhios.	↔
OE 5.2	Dar prioridade a usos que invistam na recuperação dos recursos endógenos degradados e estimulem a sua valorização.		↑ Melhoria da qualidade de vida das populações.
OE 6.1	Critérios de edificabilidade que transferem a intervenção dos particulares de fora do perímetro para dentro do perímetro.	↑ Valorização de património cultural nos núcleos históricos.	↔

OE 6.2	Programas de incentivo à ocupação de fogos vagos.	↔	↑ Supressão da carência habitacional e oportunidades para a atracção da população.
OE 6.3	Compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade.	↔	↑ Melhoria das condições da qualidade de vida por via da disponibilização de acesso a mais equipamentos.
OE 7.1	Melhorar a ligação interconcelhia a Mafra. <i>Concretização da via de ligação a Mafra (única nova infraestrutura rodoviária interconcelhia).</i>	↓ Risco de descaracterização e fragmentação da Paisagem Rural.	↑ Melhoria da mobilidade das populações.
OE 7.2	Beneficiação viária para melhorar a mobilidade interna (intraconcelhia). <i>Privilegiar a beneficiação viária, com revisão de traçado se necessário, para melhorar a mobilidade entre aglomerados.</i>	↔	
OE 7.3	Aumentar a eficiência dos serviços de transportes e apostar na mobilidade suave. <i>Adotar as medidas necessárias à otimização (eficiência) dos serviços de transporte, apostando na intermodalidade, nos parques dissuasores e na melhoria dos serviços de transportes.</i> <i>Criar as condições necessárias ao crescimento das modalidades de mobilidade suave (circulação pedonal e ciclável), e adoção de estímulos e condições ao crescimento dos veículos elétricos.</i>	↔	↑ Melhoria da mobilidade das populações. Melhoria das condições da qualidade de vida por via da disponibilização de acessos a serviços.
OE 8.1	Reconversão total das AUGI, considerando o regime excecional das AUGI, sem ponderação dos valores naturais, biofísicos, paisagísticos e, especialmente os associados ao risco.	↔	↑ Criação de condições de bem-estar e integração social.

OE 8.2	Reconversão parcial das AUGI, considerando a parte do território com aptidão para a urbanização, ou seja, excluindo as áreas que por condições naturais, biofísicas e, especialmente as relacionadas com o risco, não apresentam condições à urbanização e edificação.	↔	↘ Risco de afetação das populações mais vulneráveis e/ou expostas à exclusão social.
OE 8.3	Revisão do âmbito das AUGI e revogação das que não apresentem condições para serem consideradas como tal.	↔	
OE 9.1	Implementação de uma política de proximidade para redução de distâncias através do ordenamento do território e do desenho urbano.	↔	↑ Potencial para a coresponsabilização da população.
OE 9.2	Incentivos a soluções eficientes no âmbito dos recursos energéticos e naturais (eletricidade, gás e água).	↔	
OE 9.3	Valorização do sistema hídrico como oportunidade de criação de áreas de descompressão urbana.	↔	↔
OE 10.1	Promoção de atividades âncora que desenvolvem a economia municipal, geram riqueza local, promovem a “marca Sintra” e integram na sua cadeia de valor a valorização dos recursos endógenos e os serviços do ecossistemas.	↑ Promoção da imagem e da “marca Sintra”.	↑ Promoção empregabilidade e fixação populacional.
OE 10.2	Promoção de atividades âncora através do desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades, promovendo o seu ordenamento, diversificação da oferta, divulgação de produtos de “marca Sintra” e sua distribuição.		
OE 11.1	Qualificação e conversão de áreas industriais e de exploração da pedra, ordenando os usos compatíveis, próprios, complementares ou secundários, promovendo a concentração e especialização da oferta e criando cadeias de valor municipal.	↔	↔

OE 11.2	Requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas, estimulando o investimento em usos que promovam a sua valorização e reativação como áreas de desenvolvimento económico municipal.	↗ Valorização da Paisagem Rural concelhia. Ausência de limitação a usos compatíveis com a preservação da identidade rural.	↔
OE 12.1	Desenvolvimento das condições de suporte às atividades económicas, nomeadamente as infraestruturas (mobilidade e transporte), o suporte institucional (eficiência institucional), o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) e a oferta de espaços qualificados, promovendo complementaridades e economia de proximidade.	↔	↑ Promoção de empregabilidade.
OE 12.2	Desenvolvimento de condições de estímulo às atividades económicas, promovendo uma economia complementar e de proximidade, baseada no conhecimento e inovação, dirigindo os investimentos para espaços em requalificação, adequando-os com infraestruturas digitais e mobilidade compatível.	↔	
OE 13.1	Atrair, qualificar e especializar profissionais que se integrem nas atividades âncora e de maior desenvolvimento municipal, criando parcerias com universidade e centros de I&D.	↔	↑ Promoção da qualificação dos recursos humanos.
OE 13.2	Criação no município de polos de investigação académica e profissional que promovam a qualificação dos recursos humanos existentes e a fixação de profissionais qualificados.	↔	
OE 14.1	Desenvolver e dinamizar plataformas participativas. <i>Aumentar a participação nos processos de decisão através da criação de momentos e espaços para intervenção incentivando a criação e dinamização de plataformas participativas. Promover estruturas de concertação territorial com os atores locais.</i>	↔	↑ Promoção da apropriação e sentido de pertença das populações.

OE 14.2	Promover a transparência da decisão e o acesso à informação. <i>Desenvolver meios de acesso à informação como mecanismo promotor da transparência municipal e confiança município-munícipe.</i>	↔	↑ Promoção da partilha de informação.
----------------	---	---	--

Legenda: ↑ Oportunidades significativas; ↗ Oportunidades predominam sobre os riscos; ↔ Sem relação; ↘ Riscos predominam sobre as oportunidades; ↓ Riscos significativos.

5 CONCLUSÃO

Neste capítulo apresenta-se a síntese da avaliação das OE por FCD e também algumas recomendações para as fases subsequentes do processo de planeamento, estruturadas por Área de Estratégia.

Quadro 12: Síntese da Avaliação de OE por FCD

EIXO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA		OPÇÃO ESTRATÉGICA		SÍNTESE DA AVALIAÇÃO			
			COD.	NOME	FCD#1	FCD#2	FCD#3	FCD#4
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DA IDENTIDADE	E1	Valorização da paisagem	OE 1.1	Promover o emparcelamento rústico mantendo a compartimentação e composição da paisagem.	↗	↑	↑	↑
			OE 1.2	Promover o emparcelamento rústico como forma de aumentar a produtividade.	↗	↘	↑	↑
	E2	Reabilitação dos núcleos históricos e identidade	OE 2.1	Reconversão de áreas degradadas através da atribuição de novas funções.	↗	↑	↗	↗
			OE 2.2	Requalificação do espaço público como forma de promover a valorização dos núcleos históricos.	↗	↑	↑	↑
			OE 2.3	Desenvolvimento de projetos de valorização dos núcleos históricos.	↗	↗	↗	↑
			OE 2.4	Reconversão de áreas degradadas e reconversão dos núcleos históricos por iniciativa dos privados.	↑	↗	↗	↑
(CONSERVAÇÃO E) VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES E DOS ECOSISTEMAS	E3	Proteção e conservação dos valores naturais e ecossistemas	OE 3.1	Continuidade do sistema natural no município assegurando a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, dando prioridade a usos que promovam a proteção e valorização de áreas de valor biofísico e natural como primeira prioridade.	↔	↑	↑	↑
			OE 3.2	A admissibilidade de usos que eventualmente possam colocar em risco a proteção e valorização de áreas com valor biofísico e natural, é assegurada pela substituíbilidade dos valores em risco (compensação), seguindo uma política cautelar.	↘	↗	↑	↓
	E4	Valorização de serviços prestados pelos ecossistemas	OE 4.1	A decisão sobre o uso de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas, deve basear-se numa avaliação demonstrativa do valor tangível e intangível desses ativos.	↘	↗	↓	↑
			OE 4.2	A decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes em serviços prestados pelos ecossistemas deve basear-se numa gestão adaptativa e na geração de mecanismos incentivadores à sua proteção e valorização (transferência de créditos).	↑	↑	↘	↑

OTIMIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO, E DAS SUAS REDES, COMO SUPORTE À QUALIDADE DE VIDA	E5	Valorização dos recursos endógenos	OE 5.1	Identificação e desenvolvimento de usos compatíveis – atividades turísticas, agrícolas e florestais - com a recuperação e valorização dos recursos endógenos (a orla costeira, água e solo).	↑	↑	↑	↑
			OE 5.2	Dar prioridade a usos que invistam na recuperação dos recursos endógenos degradados e estimulem a sua valorização.	↑	↑	↑	↑
	E6	Contenção e consolidação urbana e qualificação, diversificação e multifuncionalidade urbana	OE 6.1	CrITÉrios de edificabilidade que transferem a intervenção dos particulares de fora do perímetro para dentro do perímetro.	↗	↑	↑	↑
			OE 6.2	Programas de incentivo à ocupação de fogos vagos.	↑	↑	↔	↑
			OE 6.3	Compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade.	↑	↗	↔	↑
	E7	Acessibilidade e mobilidade	OE 7.1	Melhorar a ligação interconcelhia a Mafra. <i>Concretização da via de ligação a Mafra (única nova infraestrutura rodoviária interconcelhia).</i>	↓	↓	↑	↗
			OE 7.2	Beneficiação viária para melhorar a mobilidade interna (intraconcelhia). <i>Privilegiar a beneficiação viária, com revisão de traçado se necessário, para melhorar a mobilidade entre aglomerados.</i>	↔	↗	↔	↑
			OE 7.3	Aumentar a eficiência dos serviços de transportes e apostar na mobilidade suave. <i>Adotar as medidas necessárias à otimização (eficiência) dos serviços de transporte, apostando na intermodalidade, nos parques dissuasores e na melhoria dos serviços de transportes.</i> <i>Criar as condições necessárias ao crescimento das modalidades de mobilidade suave (circulação pedonal e ciclável), e adoção de estímulos e condições ao crescimento dos veículos elétricos.</i>	↑	↑	↑	↑
	E8	AUGI	OE 8.1	Reconversão total das AUGI, considerando o regime excecional das AUGI, sem ponderação dos valores naturais, biofísicos, paisagísticos e, especialmente os associados ao risco.	↓	↗	↘	↑

			OE 8.2	Reconversão parcial das AUGI, considerando a parte do território com aptidão para a urbanização, ou seja, excluindo as áreas que por condições naturais, biofísicas e, especialmente as relacionadas com o risco, não apresentam condições à urbanização e edificação.	↓	↑	↑	↘
			OE 8.3	Revisão do âmbito das AUGI e revogação das que não apresentem condições para serem consideradas como tal.	↓	↗	↔	↘
	E9	Alterações Climáticas (AC)	OE 9.1	Implementação de uma política de proximidade para redução de distâncias através do ordenamento do território e do desenho urbano.	↘	↑	↔	↑
			OE 9.2	Incentivos a soluções eficientes no âmbito dos recursos energéticos e naturais (eletricidade, gás e água).	↗	↑	↑	↑
			OE 9.3	Valorização do sistema hídrico como oportunidade de criação de áreas de descompressão urbana.	↗	↘	↔	↔
	APOIO A UMA ECONOMIA DINÂMICA, INOVADORA E COMPETITIVA	E10	Estímulo ao investimento em atividades âncora (turismo, agricultura, floresta e exploração da pedra)	OE 10.1	Promoção de atividades âncora que desenvolvem a economia municipal, geram riqueza local, promovem a “marca Sintra” e integram na sua cadeia de valor a valorização dos recursos endógenos e os serviços do ecossistemas.	↗	↑	↑
OE 10.2				Promoção de atividades âncora através do desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades, promovendo o seu ordenamento, diversificação da oferta, divulgação de produtos de “marca Sintra” e sua distribuição.	↗	↘	↑	↑
E11		Ordenamento e requalificação de indústrias	OE 11.1	Qualificação e conversão de áreas industriais e de exploração da pedra, ordenando os usos compatíveis, próprios, complementares ou secundários, promovendo a concentração e especialização da oferta e criando cadeias de valor municipal.	↗	↑	↑	↔
			OE 11.2	Requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas, estimulando o investimento em usos que promovam a sua valorização e reativação como áreas de desenvolvimento económico municipal.	↗	↑	↑	↗

PROCESSOS E DECISÃO	E12	Dinamização económica	OE 12.1	Desenvolvimento das condições de suporte às atividades económicas, nomeadamente as infraestruturas (mobilidade e transporte), o suporte institucional (eficiência institucional), o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) e a oferta de espaços qualificados, promovendo complementaridades e economia de proximidade.	↑	↘	↑	↑
			OE 12.2	Desenvolvimento de condições de estímulo às atividades económicas, promovendo uma economia complementar e de proximidade, baseada no conhecimento e inovação, dirigindo os investimentos para espaços em requalificação, adequando-os com infraestruturas digitais e mobilidade compatível.	↑	↔	↗	↑
	E13	Valoração do capital humano	OE 13.1	Atrair, qualificar e especializar profissionais que se integrem nas atividades âncora e de maior desenvolvimento municipal, criando parcerias com universidade e centros de I&D.	↑	↔	↑	↑
			OE 13.2	Criação no município de polos de investigação académica e profissional que promovam a qualificação dos recursos humanos existentes e a fixação de profissionais qualificados.	↔	↔	↑	↑
	E14	Envolvimento da sociedade	OE 14.1	Desenvolver e dinamizar plataformas participativas. <i>Aumentar a participação nos processos de decisão através da criação de momentos e espaços para intervenção incentivando a criação e dinamização de plataformas participativas. Promover estruturas de concertação territorial com os atores locais.</i>	↑	↑	↑	↑
			OE 14.2	Promover a transparência da decisão e o acesso à informação. <i>Desenvolver meios de acesso à informação como mecanismo promotor da transparência municipal e confiança município-município.</i>	↑	↑	↑	↑

Legenda: ↑ Oportunidades significativas; ↗ Oportunidades predominam sobre os riscos; ↔ Sem relação; ↘ Riscos predominam sobre as oportunidades; ↓ Riscos significativos.

5.1 Recomendações da AAE para o processo de Planeamento

Nesta fase de desenvolvimento do plano é essencial definir prioridades de investimento atendendo à capacidade de gestão da implementação de medidas territoriais, garantindo que o PDM-Sintra é viável e que se orienta por critérios de viabilidade financeira. Desta forma, recomenda-se que seja dada prioridade a intervenções que se demonstrem eficientes na medida em que pequenos investimentos possam solucionar situações críticas.

Como recomendações transversais salientam-se os seguintes pontos:

- Definir as prioridades de investimento e estratégias para procura de financiamento que sejam essenciais a uma boa implementação das medidas a definir em Proposta de Plano. Assim, e por forma a acautelar o identificado em sede de Análise SWOT, é importante que sejam definidos critérios de viabilidade financeira municipal para garantir o programa de ação do PDM-Sintra. É importante reconhecer de antemão as pressões existentes e apostar num faseamento de investimentos orientado pela urgência e racionalização de ativos municipais;
- Garantir que o papel da população e demais atores nas atividades de planeamento e gestão seja reconhecido como fundamental e estruturante para a prossecução dos objetivos estratégicos do plano, envolver a comunidade tornando-os corresponsáveis no desenvolvimento do plano e sobretudo na sua implementação;
- Apostar na concertação, alianças e parcerias com os demais atores da sociedade na criação de projetos que acrescentem valor à imagem do concelho do Sintra; Incentivar procura de financiamentos que sejam concordantes com a visão estratégica municipal;
- Garantir a compatibilização das diferentes políticas de atuação à escala municipal (conciliar interesses e alinhar orientações e intenções estratégicas);
- Assegurar em todas as intervenções do plano que os critérios ambientais são prioritários não como condicionante ou restrição mas como fatores de valorização territorial e social, atendendo ao valor acrescentado que determinam no território municipal.

Quadro 13: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Preservação e Valorização do Património e da Identidade”

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DA IDENTIDADE		
ESTRATÉGI A	OPORTUNIDADES/RISCOS	RECOMENDAÇÕES
E1	Valorização da paisagem	<u>Oportunidades</u>
		Fomento do contínuo natural da biodiversidade e dos habitats.
		Aumento da viabilidade e produtividade das produções agrícolas.
		Promoção e dinamização do setor primário.
		Manutenção da Paisagem Rural como identidade concelhia.
		<u>Riscos</u>
		Perda de oportunidade por não assegurar o diálogo entre proprietários e fomentar as mais-valias do emparcelamento face à visão estratégica concelhia.
		Eventual perda de identidade; Perda de funções determinantes a nível ecológico.
		Perda de valores identitários e culturais.

E2	Reabilitação dos núcleos históricos e identidade	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Oportunidade para criação de modelo de governação inovador.</p> <p>Gestão melhorada dos recursos existentes e procura de investimentos e parcerias; Depende de investimentos e parcerias para a requalificação do espaço público; Promover o envolvimento das comunidades locais - criando sentido de coresponsabilização e pertença; Depende de financiamento de investimentos estruturantes concordantes com a visão estratégica municipal; Estratégias conjuntas (com demais entidades) de valorização dos núcleos históricos como promotor de novas relações institucionais; Melhoria da relação com os privados e procura de investimento.</p> <p>Aumento de atratividade e criação de novas dinâmicas territoriais superando espaços ambientalmente degradados, desde que assegurando funções compatíveis com um equilíbrio ambiental; Valorização do espaço público, dos núcleos históricos, do espaço urbano e do solo rústico; Valorização dos núcleos históricos em espaço urbano; Valorização dos núcleos históricos em solo rústico.</p> <p>Atração de novos agentes económicos; Aumento da atratividade de novos agentes económicos e promoção do setor terciário; Promoção dos produtos associados ao turismo sustentável.</p> <p>Promoção de fatores identitários dos núcleos históricos.</p>	<p>Promover a transparência na programação e dos mecanismos de intervenção público-privada; Assegurar uma harmonização entre políticas de ordenamento de diferentes escalas de ação (com administração central e municípios vizinhos) para articular as estratégias de atuação; clarificar a definição de competências e responsabilidades institucionais para evitar sobreposição e apostar numa realização eficaz e eficiente dos programas de ação a propor.</p> <p>Valorização do solo rústico através da reabilitação dos núcleos históricos promovendo requalificação do espaço público dos núcleos históricos como alavanca e incentivo à reconversão dos núcleos por parte dos privados.</p> <p>Promover a reabilitação dos núcleos históricos tendo em conta o funcionamento das atividades económicas aí existentes. Promover parcerias com agentes económicos locais.</p> <p>Assegurar a salvaguarda e valorização do património construído.</p>
		<p><u>Riscos</u></p> <p>Dificuldade de gestão caso não ocorra um reforço nas políticas de regulamentação, licenciamento e fiscalização; Aumento de custos associados (pressão na viabilidade financeira municipal).</p>	<p>Promover a transparência na programação e dos mecanismos de intervenção público-privada; Assegurar uma harmonização entre políticas de ordenamento de diferentes escalas de ação (com administração central e municípios vizinhos) para articular as estratégias de atuação; clarificar a definição de competências e responsabilidades institucionais para evitar sobreposição e apostar numa realização eficaz e eficiente dos programas de ação a propor.</p>

	<p>Risco de perda de identidade se o valor patrimonial não for prioritário; Dependência dos privados.</p> <p>Atribuição de novas funções que não promovam o desenvolvimento da economia local e a competitividade económica; Risco se não resultar a promoção de parcerias e incentivos com os diversos agentes económicos</p> <p>Ausência de orientações que salvaguardem os valores patrimoniais aí existentes.</p>	<p>Assegurar que após o desenvolvimento dos projetos decorra a sua concretização, reconhecendo o papel importante dos privados no processo de reabilitação dos núcleos históricos.</p> <p>Assegurar que dentro das novas funções atribuídas às áreas degradadas, após reconversão, são considerados usos económicos.</p> <p>Estabelecer critérios que salvaguardem e valorize o património e a identidade dos núcleos históricos.</p>
--	---	---

Quadro 14: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “(Conservação e) Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas”

(CONSERVAÇÃO E) VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES E DOS ECOSISTEMAS		
ESTRATÉGIA	OPORTUNIDADES/RISCOS	RECOMENDAÇÕES
E3	<p>Proteção e conservação dos valores naturais e ecossistemas</p> <p><u>Oportunidades</u></p> <p>Compatibilização de instrumentos de gestão de diferentes escalas.</p> <p>Salvaguarda e integridade dos valores ecológicos e sua valorização; Acautelamento de critérios para a valorização dos ecossistemas.</p> <p>Promoção dos produtos associados ao turismo sustentável; Promoção da exploração dos recursos para uma maior produtividade.</p> <p>Manutenção da Paisagem Rural como identidade concelhia.</p>	<p>Garantir a implementação da estrutura ecológica municipal salvaguardando espaços para o efeito.</p> <p>Assegurar condições de viabilidade e de competitividade ao nível da exploração dos recursos naturais e ecossistemas com interesse para produção no concelho, por exemplo: produção agrícola e turismo sustentável.</p> <p>Garantir as características da Identidade da Paisagem Rural.</p>
	<p><u>Riscos</u></p> <p>Dificuldade de gestão caso não ocorra um reforço nas políticas de fiscalização.</p> <p>Inadequabilidade das medidas compensatórias.</p> <p>Descaracterização da Paisagem da Rural.</p>	<p>Definição de medidas que garantam que a compensação seja adequada.</p> <p>Promover a incorporação de critérios que garantam a preservação de valores da herança rural e paisagística</p>
E4	<p>Valorização de serviços prestados</p> <p><u>Oportunidades</u></p> <p>Oportunidade para criação de modelo de governação inovador - Promoção e valorização das potencialidades existentes através de uma gestão adaptativa e partilhada.</p> <p>Oportunidade para promoção dos SE de regulação e culturais em espaço urbano; Incentivos à proteção e valorização dos SE.</p> <p>Potenciar o aumento do espaço agrícola, através da valorização dos SE de</p>	<p>Promover e apoiar a Salvaguarda e o fornecimento dos serviços dos ecossistemas de uma forma sustentável.</p> <p>Garantir a salvaguarda dos recursos dos SE com interesse para produção no</p>

		<p>produção e suporte.</p> <p>Valorização da Paisagem Cultural concelhia.</p>	<p>concelho, por exemplo: produção agrícola e turismo sustentável.</p> <p>Gerar incentivos para a promoção dos recursos endógenos.</p>
		<p><u>Riscos</u></p> <p>Ausência de critérios para valoração e avaliação dos ativos; Risco de perda de valores de biodiversidade não associada a SE.</p> <p>Dependência dos estudos de avaliação para a viabilização da exploração dos SE; Política demasiado restritiva e consequente saída de agentes económicos do concelho.</p>	<p>Garantir a compatibilização das diferentes políticas de atuação à escala municipal (conciliar interesses e alinhar orientações e intenções estratégicas).</p> <p>Estabelecer critérios que apoiem a tomada de decisão em áreas com potencial para o investimento em serviços dos ecossistemas.</p> <p>Assegurar condições de viabilidade da exploração dos SE. Garantir que a política de decisão sobre os usos de áreas com ativos relevantes não é demasiado restritiva, assegurando a permanência dos atuais agentes económicos.</p>
E5	Valorização dos recursos endógenos	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Oportunidade para criação de modelo de governação inovador - Conciliação de interesses e diminuição de conflitos face a possível desalinhamento de orientações e intenções estratégicas; Incentivar investimentos em recursos estruturantes da visão estratégica municipal.</p> <p>Promoção da diversidade e multifuncionalidade do território e da oferta de SE, contribuindo para a valorização dos recursos endógenos.</p> <p>Aumento e diversificação das tipologias de turismo; Atração de agentes económicos cujo foco de negócio seja a valorização e recuperação dos recursos endógenos; Criação de sinergias para a gestão das atividades turísticas.</p> <p>Valorização dos produtos identitários concelhios; Melhoria da qualidade de vida das populações.</p>	<p>Garantir a multifuncionalidade do solo rústico, promovendo a diversificação de atividades de valorização dos recursos através da exploração agrícola, turismo e outras atividades complementares.</p> <p>Promover e apoiar a Salvaguarda e o fornecimento dos serviços dos ecossistemas de uma forma sustentável.</p> <p>Assegurar que as atividades turísticas promovam a valorização dos recursos e sejam condicionadas à salvaguarda dos mesmos.</p> <p>Garantir a salvaguarda do recurso endógeno da pedra, especificamente no que diz respeito às pedreiras do concelho que se encontram em condição de 'esgotamento do recursos pedra'.</p> <p>Promover os produtos endógenos concelhios nomeadamente através da dinamização de sectores gastronómicos e vinícolas.</p>

Quadro 15: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida”

OTIMIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO, E DAS SUAS REDES, COMO SUPORTE À QUALIDADE DE VIDA		
ESTRATÉGIA	OPORTUNIDADES/RISCOS	RECOMENDAÇÕES
E6	<p>Contenção e consolidação urbana e qualificação, diversificação e multifuncionalidade urbana</p> <p><u>Oportunidades</u></p> <p>Diminuição dos custos de escala urbanísticos e melhoria do desempenho dos processos urbanísticos; Definição de uma política de reforma habitacional e otimização dos ativos municipais; Alinhamento estratégia CMS com necessidade da Comunidade (promoção de proximidade e confiança); Promover a sustentabilidade municipal - racionalizar e otimizar os ativos municipais; Cooperação institucional na gestão (pós rentabilização) de equipamentos e infraestrutura; Aposta numa política de proximidade (igualdade de condições de tempo, custo e qualidade).</p> <p>Incentivo à consolidação e compactação urbana; Aproveitamento dos fogos vagos, redução de carências de oferta de habitação; Valorização do território fora dos perímetros urbanos (agrícola); Redução da pressão urbanística sobre áreas naturais com potencial de valorização.</p> <p>Supressão da carência habitacional e oportunidades para a atracção da população; Melhoria das condições da qualidade de vida por via da disponibilização de acesso a mais equipamentos.</p> <p>Aumentar a atratividade de novos agentes económicos.</p> <p>Valorização de património cultural nos núcleos históricos.</p>	<p>Assegurar a promoção de um solo urbano consolidado e multifuncional através de medidas de contenção e qualificação.</p> <p>Garantir a redução da pressão urbanística sobre sistemas naturais e agrícolas com potencial para valorização dos serviços dos ecossistemas; Garantir o contínuo natural dos ecossistemas.</p> <p>Garantir o acesso generalizado à habitação, equipamentos e serviços sob o risco de se manter carências e de se promover a assimetria social.</p>
	<p><u>Riscos</u></p> <p>Constrangimentos burocráticos e administrativos.</p>	<p>Apostar na modernização administrativa (simplificação dos processos de urbanização, redução dos custos de escala).</p>

		Risco de pressão territorial em solo rústico.	Assegurar que a compactação de ocupação por rentabilização de equipamentos e infraestruturas como política de proximidade, garante a valorização do solo rústico.
E7	Acessibilidade e mobilidade	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Concertação entre entidades para uma estratégia/política municipal para a mobilidade; Alinhamento estratégia CMS com necessidade da Comunidade (promoção de proximidade e confiança).</p> <p>Potencial de diminuição da disparidade territorial; Criação de oportunidade de diminuição do TI.</p> <p>Potencial atrativo turístico e de escoamento de produtos através da melhor ligação a concelhos vizinhos; Oportunidade para mobilização de atores promotores de soluções de mobilidade suave; Atração para o turismo sustentável através do aumento de rotas para circulação pedonal e ciclável.</p> <p>Melhoria da mobilidade das populações; Melhoria das condições da qualidade de vida por via da disponibilização de acessos a serviços.</p> <p><u>Riscos</u></p> <p>Conflitos de decisão política decorrentes de sobreposição de competências e responsabilidades.</p> <p>Contribuir para o aumento do TI; Aumento da fragmentação do território; Maior impermeabilização do território e descontinuidade dos ecossistemas.</p> <p>Descaracterização e fragmentação da Paisagem da Rural.</p>	<p>Promover o desenvolvimento de redes de comunicação e partilha de conhecimento e a sua integração no modelo de governança territorial.</p> <p>Estabelecer medidas para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que promovam a mobilidade suave e fomentem o uso de transporte coletivo rodoviário.</p> <p>Garantir que a ligação ao concelho vizinho (de Mafra) é aquela que melhor valoriza o concelho, tornando-o mais atrativo.</p> <p>Garantir o acesso generalizado à habitação, equipamentos e serviços sob o risco de se manter carências e de se promover a assimetria social.</p> <p>Acautelar, à partida e com horizontes definidos, o nível de dimensão da concretização das medidas a definir na Proposta de Plano por forma a assegurar a sua execução; Promover a criação de redes de comunicação e partilha de conhecimento e a sua integração no modelo de governança territorial.</p> <p>Garantir o contínuo natural dos ecossistemas.</p> <p>Garantir as características da Identidade da Paisagem Rural através da integração paisagística de novos projetos.</p>

E8	AUGI	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Oportunidade de reconversão e qualificação de AUGIs, em solo urbano; Oportunidade de reconversão e qualificação de AUGIs, em solo rústico; Oportunidade de reconversão parcial e qualificação de AUGIs, em solo urbano; Promoção da salvaguarda dos valores naturais.</p> <p>Oportunidade de aumentar a atratividade económica local.</p> <p>Criação de condições de bem-estar e integração social.</p>	<p>Assegurar a reconversão e qualificação das AUGIs, valorizando o território de Sintra, tendo em conta os valores naturais.</p> <p>Garantir que a reconversão das AUGI tem em conta parâmetros e fatores que tornem a região mais atrativa, do ponto de vista económico.</p> <p>Garantir o acesso generalizado à habitação, equipamentos e serviços sob o risco de se manter carências e de se promover a assimetria social.</p>
		<p><u>Riscos</u></p> <p>Incapacidade de resposta (dificuldades administrativas e de gestão) face a condicionantes financeiros e institucionais; Incapacidade de aplicação da OE pelo excesso de burocracia exigida (constrangimentos de recursos - humanos e orçamentais - e aumento de conflitos com proprietários); Discriminação face à estratégia de revogação proposta.</p> <p>Risco se inexistência de orientações específicas para a salvaguarda de áreas vulneráveis e com elevada sensibilidade ecológica; Ausência de critérios que evitem a ocupação de áreas ecológicas vulneráveis.</p> <p>Ocupação e degradação de valores naturais com potencial agrícola e natural; Não reconversão dos espaços urbanos de origem ilegal; Risco de não reconversão das AUGIs em solo rústico.</p> <p>Perda de agentes económicos cujo foco de negócio se relacione com a valorização de valores naturais, biofísicos e paisagísticos; Destruição de valores naturais, biofísicos e paisagísticos associados ao turismo sustentável e à agricultura biológica.</p>	<p>Garantir uma comunicação clara e explicitação célere com a população e proprietários que possam ser prejudicados com a revisão das deliberações das AUGIs por forma a gerir expectativas e pressões geradas que possam surgir.</p> <p>Estabelecer critérios que restrinjam a ocupação de vulneráveis e de elevada sensibilidade ecológica.</p> <p>Assegurar a reconversão das AUGIs fora dos perímetros urbanos considerando os valores naturais e o potencial agrícola.</p> <p>Garantir que a política de decisão sobre a reconversão das AUGI não tem como consequência a perda de agentes económicos. Garantir a salvaguarda de valores naturais, biofísicos e paisagísticos associados ao turismo sustentável e à agricultura biológica.</p>

		Afetação das populações mais vulneráveis e/ou expostas à exclusão social.	Garantir a integração da população, particularmente grupos carenciados.
E9	Alterações Climáticas (AC)	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Melhoria da eficiência de prestação de serviços e gestão infraestrutural e de recursos; Promover o envolvimento das comunidades locais nas estratégias de combate às AC (partilha de informação, educação e sensibilização); Criação de uma estratégia de gestão adaptativa e partilhada (abordagem integrada com diferentes agentes com atuação no concelho).</p> <p>Incentivo à consolidação e compactação urbana e aumento de eficiência energética; Promoção do uso eficiente dos recursos, em especial da racionalização dos recursos energéticos e naturais para a atividade agrícola; Promoção da capacidade de utilização dos espaços verdes; Criação de condições favoráveis à permeabilização e controlo de escoamentos hídricos.</p> <p>Oportunidade para mobilização de atores na promoção de soluções energéticas sustentáveis ; Promoção do uso eficiente dos recursos como fator competitivo.</p> <p>Potencial para a coresponsabilização da população.</p>	<p>Promover a criação de redes de comunicação e partilha de conhecimento e a sua integração no modelo de governança territorial.</p> <p>Garantir o aumento da compactação urbana conduzindo a uma maior eficiência energética.</p> <p>Restringir a ocupação em áreas de recarga de aquíferos.</p> <p>Garantir equidade de incentivos para todos os agentes económicos.</p> <p>Promover o envolvimento e consciencialização dos munícipes para a gestão e salvaguarda do território.</p>
		<p><u>Riscos</u></p> <p>Centralização de serviços como causador de constrangimentos administrativos; Risco de situações de desigualdade de acesso a serviços (centralização de serviços - tempo, custos e qualidade); Ausência de orientações específicas para um diálogo com vista à concretização da OE;</p>	

Quadro 16: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva”

APOIO A UMA ECONOMIA DINÂMICA, INOVADORA E COMPETITIVA		
ESTRATÉGIA	OPORTUNIDADES/RISCOS	RECOMENDAÇÕES
E10	<p>Estímulo ao investimento em atividades âncora (turismo, agricultura, floresta e exploração da pedra)</p> <p><u>Oportunidades</u></p> <p>Promoção de parcerias sinérgicas e procura de investimento; Aposta nos ativos municipais como mais-valia no desenvolvimento de atividades âncoras.</p> <p>Valorização da cadeia de valor sustentável associada à marca Sintra – dos recursos, à sua transformação, promoção e comercialização; Valorização da atividade agrícola e dos ecossistemas através da promoção de usos compatíveis com a conservação das suas funções ecológicas.</p> <p>Desenvolvimento da economia local e promoção das atividades económicas; Atração de novos agentes económicos através da diversificação da oferta; Promoção dos produtos locais;</p> <p>Promoção da imagem e da “marca Sintra”; Promoção empregabilidade e fixação populacional</p>	<p>Apostar (e assegurar) na concertação entre atores como meio de construção de competitividade.</p> <p>Garantir a salvaguarda do recurso endógeno da pedra, especificamente no que diz respeito às pedreiras do concelho que se encontram em condição de 'esgotamento do recursos pedra'. Assegurar que o desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades económicas não é realizado sem antes ser feito um levantamento das infraestruturas existentes que possam ser reabilitadas ou reconvertidas para as mesmas funções.</p> <p>Assegurar o investimento na imagem da marca Sintra alargando-a a todo o território concelhio;</p> <p>Promover a fixação e geração de atividades económicas que privilegiem o capital humano municipal através da sua capacitação e emprego.</p>
	<p><u>Riscos</u></p> <p>Aumento de custos associados (pressão na viabilidade financeira municipal).</p> <p>Infraestruturação em territórios de potencial agrícola; Aumento da pressão sobre o sistema natural, caso o dimensionamento das infraestruturas propostas não seja acautelado.</p>	<p>Garantir a redução da pressão sobre o espaço agrícola e os ecossistemas através do estabelecimento de critérios para a infraestruturação.</p>

E11	Ordenamento e requalificação de indústrias	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Promoção de parcerias sinérgicas e procura de investimento.</p> <p>Multifuncionalidade e equilíbrio de usos em solo rústico; Redução dos conflitos de usos do solo [potencial para valorização do cariz rural através do aumento da exploração agrícola]; Incentivos à proteção e valorização dos SE.</p> <p>Criação de cadeia de valor local; Promoção e dinamização do setor indústrias extrativas e transformadoras; Desenvolvimento da economia local, promoção das atividades económicas; Combate aos espaços industriais obsoletos e degradados; Promoção do produto pedra; Qualificação e conversão dos espaços industriais.</p> <p>Valorização da Paisagem Rural concelhia.</p>	<p>Apostar (e assegurar) na concertação entre atores como meio de construção de competitividade.</p> <p>Promover e apoiar a salvaguarda e o fornecimento dos SE de uma forma sustentável.</p> <p>Garantir a salvaguarda do recurso endógeno da pedra, especificamente no que diz respeito às pedreiras do concelho que se encontram em condição de 'esgotamento do recursos pedra'. Assegurar que a qualificação e conversão dos espaços industriais é realizada sem prejuízo para as atividades económicas que se realizam nos locais adjacentes.</p> <p>Garantir a realização da requalificação de espaços degradados pela indústria da pedra com princípios que recuperem a paisagem identitária do concelho.</p>
		<p><u>Riscos</u></p> <p>Aumento de custos associados (pressão na viabilidade financeira municipal).</p> <p>Resistência dos principais atores a novas formas de negócio.</p> <p>Ausência de limitação a usos compatíveis com a preservação da identidade rural.</p>	<p>Garantir que a qualificação e conversão de áreas industriais, assim como a requalificação de antigas áreas industriais degradadas e pedreiras abandonadas são realizadas tendo em conta os principais atores e que são promovidas ações de promoção de conhecimento para que o entendimento sobre as mais-valias destas ações seja claro.</p> <p>Garantir a realização da requalificação de espaços degradados pela indústria da pedra com princípios que recuperem a paisagem identitária do concelho.</p>

E12	Dinamização económica	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Oportunidades na prestação de serviços às empresas (simplificação administrativa - regulação, regulamentação e licenciamento); Cooperação e coordenação institucional (público e privado) para uma atuação sinérgica na prossecução da visão estratégica municipal; Oportunidades no financiamento de investimentos estruturantes com base numa oferta competitiva.</p> <p>Criação de condições para o investimento nos SE.</p> <p>Promoção do crescimento económico; Atração de novos agentes económicos cujo foco se relacione com conhecimento e inovação; Criação de espaços e de infraestruturas qualificadas.</p> <p>Promoção empregabilidade.</p> <p><u>Riscos</u></p> <p>Risco de aumento da pressão sobre o sistema natural e espaços agrícolas.</p>	<p>Apostar (e assegurar) na concertação entre atores como meio de construção de competitividade.</p> <p>Promover e apoiar a Salvaguarda e o fornecimento dos serviços dos ecossistemas de uma forma sustentável.</p> <p>Desenvolver parcerias com agentes económicos locais e promover as <i>startups</i>.</p> <p>Promover a fixação e geração de atividades económicas que privilegiem o capital humano municipal através da sua capacitação e emprego.</p> <p>Estabelecer critérios que apoiem a tomada de decisão em áreas com potencial para o investimento em SE.</p>
E13	Valoração do capital humano	<p><u>Oportunidades</u></p> <p>Criação de estratégias de racionalização e otimização dos recursos humanos existentes (relação custo-benefício e investimento futuro); Cooperação institucional.</p> <p>Combate à desarticulação empresas-universidades; Promoção da qualificação dos recursos humanos.</p> <p>Promoção da qualificação dos recursos humanos.</p>	<p>Apostar (e assegurar) na concertação entre atores como meio de construção de competitividade.</p> <p>Promover polos associados a universidades e onde sejam alocados recursos locais (recursos humanos, recursos naturais, ...).</p>

Quadro 17: Recomendações respeitantes a oportunidades e riscos para o Eixo Estratégico “Processos e Decisão”

PROCESSOS E DECISÃO		
ESTRATÉGIA	OPORTUNIDADES/RISCOS	RECOMENDAÇÕES
E14	Envolvimento da sociedade	<u>Oportunidades</u>
		Cooperação e coordenação institucional (público e privado) para uma atuação sinérgica na prossecução da visão estratégica municipal; Promoção e diversificação da participação pública efetiva e informada; Legitimação dos processos decisórios; Imagem de confiança e sentimento de proximidade entre executivo e munícipes (legitimação dos processos decisórios); Promoção da participação pública efetiva e informada.
		Promoção da sensibilização ambiental.
		Assegurar que as temáticas de preservação e valorização dos sistemas naturais sejam incluídas nas plataformas participativas.
		Maior proximidade dos agentes económicos ao território e às pessoas do concelho; Maior confiança nos processos de decisão municipais.
		Garantir o envolvimento de todos os agentes económicos.
		Promoção da apropriação e sentido de pertença das populações; Promoção da partilha de informação.
		Garantir a inclusão de toda a população no envolvimento e partilha de informação.

